ÁLVARO ADELINO MARQUES BAYEUX

Soberania econômica e infraestrutura

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. André Ramos Tavares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

ÁLVARO ADELINO MARQUES BAYEUX

Soberania econômica e infraestrutura

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico e Financeiro, sob a orientação do Professor Titular Dr. André Ramos Tavares.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Soberania econômica e infraestrutura

Bayeux, Álvaro Adelino Marques

Soberania econômica e infraestrutura / Álvaro Adelino Marques Bayeux;
orientador Professor Titular Dr. André Ramos Tavares – São Paulo, 2019.
279 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Soberania econômica 2. Infraestrutura 3. Desenvolvimento

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: BAYEUX, Álvaro Adelino Marques.

Título: Soberania econômica e infraestrutura.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico e Financeiro, sob a orientação do Prof. Titular Dr. André Ramos Tavares.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu estimado orientador, Professor André Ramos Tavares, pela disponibilidade de me orientar, pelo conhecimento transmitido e pelo exemplo de seriedade e rigor acadêmico.

À minha amada namorada, Ana Paula, que esteve ao meu lado ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho e que tanto me apoiou. Não teria sido possível sem a força, ajuda e companheirismo dela.

Aos meus pais, meus irmãos e meus sogros, grandes incentivadores, pelo apoio incondicional.

Aos amigos, que foram grandes amigos, com pronta disposição em ajudar no que fosse preciso.

Agradeço, por fim, aos Professores Gilberto Bercovici e Luis Fernando Massonetto, pelas valiosas sugestões ao trabalho, na ocasião do exame de qualificação.

RESUMO

BAYEUX, Álvaro Adelino Marques. **Soberania econômica e infraestrutura**. 279 fls. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A dissertação se propõe a analisar o significado do princípio da soberania econômica previsto no artigo 171, inc. I, da Constituição Federal e o papel exercido pelos setores de infraestrutura na efetivação de tal princípio constitucional. A dissertação divide-se em três grandes capítulos. O primeiro capítulo cuida da origem do conceito ortodoxo de soberania política, sua importância na edificação dos Estados Nacionais e formação do modelo vigente de ordenação social e as sucessivas mutações de referido conceito no tempo, em assimilação às relevantes transformações experimentadas pela sociedade e pelo Estado. No curso de tais transformações, a economia se tornou, paulatinamente, um vetor autônomo à estrutura estatal, com alto poder de impacto na sociedade. Com isso, o conceito ortodoxo de soberania política, para bem traduzir o poder de última instância que ordena a sociedade, passa a assimilar a dimensão econômica, as grandes forças dirigentes de tal dimensão e seus modos de interação com as instituições políticas. O segundo capítulo da dissertação analisa precisamente a ramificação do conceito de soberania voltada a captar a influência e importância econômica no poder político que conduz a sociedade: trata-se do princípio da soberania econômica. O princípio estudado ostenta, como conteúdo jurídico, a busca pela internalização dos centros de decisão econômica e a correlata necessidade de planejamento econômico. A Constituição Federal prevê diversos mecanismos de efetivação do princípio da soberania econômica. Destaca-se, entre eles, as normas constitucionais que atribuem ao Estado a titularidade dos bens e atividades de infraestrutura: em suma, energia, telecomunicações, logística de transporte e saneamento básico. Tais setores se mostram de suma importância para o atingimento da soberania econômica e para o cumprimento dos direitos sociais de natureza econômica. O terceiro capítulo estuda a infraestrutura, sua denominação, suas propriedades, suas incongruências com a dinâmica de livre mercado, sua íntima ligação com o instituto jurídico do serviço público e com os direitos sociais de natureza econômica, de modo a fundamentar a necessidade da atribuição de tais setores ao domínio público e à titularidade estatal.

Palavras-chave: Soberania econômica, infraestrutura, desenvolvimento, constituição econômica, serviço público.

ABSTRACT

BAYEUX, Álvaro Adelino Marques. **Economic Sovereignty and Infrastructure**. 279 pages. Master thesis (Master in Economic Law) – Law School of Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This master thesis aims to analyze the meaning of the principle of economic sovereignty, provided for in Article 171, I, of Federal Constitution and the role of infrastructure for the enforcement of this constitutional principle. The master thesis is divided into three major chapters. The first chapter deals with the origin of the orthodox concept of political sovereignty, the importance of this concept for the building of National States and of the ongoing model of social organization, as well as the successive mutations of this concept, as result of the relevant changes experienced by society and State. In the course of these changes, the economy gradually turned into a vector, autonomous from the State structure, with a massive impact on society. So the orthodox concept of political sovereignty, in order to accurately translate the ultimate power of social organization, has assimilated into itself the economic dimension, the respective leading forces of economic dimension and the paths by which these leading forces interact with political institutions. The second chapter deals with the specific branch of sovereignty that is aimed to cognize and apprehend the economic influence on the political power that drives the society: this branch is named the principle of economic sovereignty. This principle displays, as its legal content, the internalization of economic decisions' centers and the related need for economic planning. The Federal Constitution sets forth multiple gears for the enforcement of the principle of economic sovereignty. One of the most important gears is the constitutional rule that assigns the infrastructure assets and activities (energy, telecommunications, transports and basic sanitation) to the State dominance. Infrastructure assets and activities are indispensable for the accomplishment of the principle of economic sovereignty, as well as for the provision of the so-called social rights of economic nature. The third chapter analyses the infrastructure itself, including its legal qualification, its properties, its incompatibility with a free-market dynamic, and its intimate connection to legal notion of public service and to social rights of economic nature, in order to conclude that infrastructure must be under the state ownership and public dominance.

Keywords: Economic sovereignty, infrastructure, development theory, economic constitution, public service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Artigo	art.
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Câmara Brasileira de Indústria da Construção	CBIC
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	CEPAL
Constituição Federal de 1988	CF
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	INFRAERO
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte	DNIT
Inciso	inc.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA
Lei das Concessões	Lei nº 8.987 de 1995
Lei das PPP's	Lei nº 11.079 de 2014
North American Free Trade Agreement	NAFTA
Parágrafo	§
Programa Nacional de Desestatização	PND

União Europeia	UE
----------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Objeto.....	17
1.2 Exposição	18
2 A SOBERANIA POLÍTICA E SEU PAULATINO INGRESSO NO PLANO ECONÔMICO.....	23
2.1 Introdução.....	23
2.2 A “descoberta” da soberania	24
2.2.1 Jean Bodin e a soberania do monarca.....	26
2.2.2 Thomas Hobbes e a soberania do Estado Absoluto	34
2.3 A soberania nacional.....	38
2.3.1 Rousseau e a adaptação da soberania à democracia.....	38
2.3.2 Léon Duguit e a negação da soberania-direito.....	43
2.4 A difícil equação entre soberania e constitucionalismo.....	50
2.5 Soberania na ordem interna e na ordem externa.....	68
2.6 A Constituição Federal de 1988 e os pilares da soberania nacional	75
3 A SOBERANIA ECONÔMICA.....	84
3.1 Introdução.....	84
3.2 Como a soberania econômica se relaciona com o conceito tradicional de soberania	86
3.3 Do plano internacional ao plano interno	92
3.4 Constituição econômica e soberania econômica	94
3.5 O conteúdo normativo nuclear do princípio da soberania econômica.....	111
3.5.1 Internalização dos centros de decisão econômica	111
3.5.2 Planejamento econômico para o desenvolvimento	122
3.6 Normas constitucionais decorrentes da soberania econômica e a questão da infraestrutura.....	141
4 INFRAESTRUTURA E SOBERANIA ECONÔMICA	157
4.1 Introdução.....	157
4.2 O que se diz infraestrutura – uma primeira incursão ao conceito	160
4.3 As crises sobre a identidade da infraestrutura	170
4.3.1 Bem e/ou atividade?	170
4.3.2 Infraestrutura como capital fixo social	175

4.3.3	As características da infraestrutura que a aproximam do domínio público e a afastam da ideia de mercado	186
4.3.4	Conclusões sobre as crises de definição da infraestrutura	199
4.4	A importância da infraestrutura para a soberania econômica	202
4.4.1	Infraestrutura como serviço público	204
4.4.2	Infraestrutura e direitos sociais de natureza econômica.....	215
4.4.3	A delegação da infraestrutura à operação pela iniciativa privada	227
5	CONCLUSÃO	241
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
	TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	262

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objeto

Os objetos de estudo desta dissertação são o princípio constitucional da soberania econômica e a importância da infraestrutura na consumação dos valores positivados por tal princípio.

O chamado princípio da soberania econômica se encontra estabelecido no art. 170, inc. I da Constituição Federal de 1988, sendo sua previsão uma inovação do oitavo texto constitucional brasileiro. Tal princípio não fazia parte de nenhuma das cartas constitucionais anteriores.

A interpretação corrente que a doutrina dá a tal princípio inaugurado pela Constituição Federal de 1988 é a de que o país deve zelar pela autonomia nacional no plano econômico. Isto é, no mundo globalizado, em que a interação econômica entre os países é um fato pressuposto, o país deve garantir que tais interações não comprometam a sua capacidade de autodeterminação, seja no próprio plano econômico, seja também no plano político.

Com tal norte em vista, o objetivo deste trabalho se divide em dois itens sequenciados.

Primeiramente, a dissertação busca analisar a fundo o conteúdo normativo do princípio da soberania econômica, isto é, o significado da norma inserida no art. 170, I da Constituição Federal de 1988, em sua gramática, em seu contexto histórico evolutivo, em sua teleologia e em sua interação sistemática com as demais normas constitucionais. Esse estudo buscará compilar e, com isso, enriquecer a visão doutrinária existente sobre tal dispositivo constitucional, tendo-se em vista serem raros os trabalhos que se debruçam exclusivamente sobre o princípio da soberania econômica, em toda a sua profundidade hermenêutica.

Uma vez percorrido o primeiro objetivo de amplo exame do princípio da soberania econômica, o segundo objetivo do trabalho é estudar a relevância da chamada infraestrutura – assim entendida como os ativos e as atividades de energia, telecomunicações, saneamento e logística de transporte – e do seu respectivo tratamento jurídico para a consecução do princípio da soberania econômica.

A infraestrutura, embora não esteja sob tal nome perfeitamente prevista na Constituição Federal e no ordenamento jurídico como um todo, consiste em conceito

jurídico da maior relevância no campo das políticas econômicas de um país subdesenvolvido que busca alcançar independência e autodeterminação econômica e política.

Isso porque, como aponta Gilberto Bercovici, a infraestrutura exerce o sentido de fundamento da atividade econômica, isto é, os empreendimentos de infraestrutura são condição precedente para o desenvolvimento das demais atividades econômicas.¹

Se (i) como premissa maior, a infraestrutura é um elemento e instrumento de grande importância para a autonomia econômica de um país; e se (ii) como premissa menor, a Constituição Federal brasileira positivou um princípio de busca pela autonomia econômica; então (iii) como conclusão, o tratamento jurídico dado ao desenvolvimento e execução da infraestrutura brasileira deve observar e se guiar por tal princípio, o princípio da soberania econômica.

É o referido silogismo exposto no parágrafo anterior que inspirou o interesse na realização da presente dissertação e que resume o objeto do trabalho.

1.2 Exposição

O termo soberania econômica é uma construção doutrinária, uma vez que o texto escrito do art. 170, inc. I da Constituição Federal refere-se à “*soberania nacional*” como sendo um dos princípios a serem observados na ordem econômica e um dos princípios gerais da atividade econômica. *In verbis*:

“CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA
Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional.”

Sendo assim, o que comumente chamamos de princípio da soberania econômica consiste, na precisão do texto legal, no preceito da soberania nacional, enquanto princípio da ordem econômica.

Esse detalhe do texto constitucional é de grande relevância para esta dissertação, pois ele oferece o ponto de partida da nossa investigação sobre o conteúdo normativo do art. 170, I da Constituição Federal.

¹ BERCOVICI, Gilberto. *Infraestrutura e Desenvolvimento*. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 17-26, aqui p. 18.

Isso porque, embora *soberania econômica* seja um conceito jurídico recente e relativamente indesbravado, a soberania nacional, por outro lado, é um conceito ancestral e dos mais estudados pelos grandes filósofos políticos e jurídicos, desde o século XVI até a atualidade.

Quando nos deparamos com o fato de que a *soberania econômica* é uma abreviação de *soberania nacional na ordem econômica*, revela-se um ponto de partida bem claro para iniciar a investigação: para saber o que é *soberania econômica* é preciso saber o que é soberania nacional. E, para saber o que é soberania nacional, é preciso saber antes o que é soberania.

Em curtíssimo resumo, podemos dizer que a soberania é o fundamento teórico subjacente ao movimento de unidade política e unidade jurídica que consagrou a formação dos Estados modernos.

O mundo medieval era marcado por fragmentação política em vários polos de poder concorrentes em um mesmo território e para uma mesma população. Cada polo de poder concorrente correspondia a uma fonte de direito, de modo a estabelecer uma pluralidade de ordens jurídicas concorrentes em um mesmo território e para uma mesma população.

Tal estado de coisas encontrava seu fundamento teórico na doutrina da constituição mista, que postulava a coexistência harmônica entre os polos de poder, num reconhecimento recíproco de legitimidade.

A soberania, em seu estado mais bruto, consistiu no fundamento teórico de confronto à ideia de constituição mista. E o fundamento teórico da soberania prevaleceu, no movimento histórico de reunião dos fragmentos de poder medievais para a formação dos Estados modernos.

O fundamento teórico da soberania, no seu núcleo conceitual atômico de unidade de poder político e unidade jurídica, ainda vige nos tempos atuais, na escala dos Estados nacionais ou, como preferir, dos países.

Ocorre, porém, que, do século XVI até os dias atuais, aquele conceito de soberania que representou a superação da constituição mista medieval sofreu radicais alterações, refletindo as transformações da sociedade ao longo dos séculos.

A soberania que pertencia ao monarca em Jean Bodin, passou a pertencer ao Estado absoluto em Hobbes e, finalmente, foi transferida ao povo da nação em Rousseau, ganhando, assim, o complemento “nacional”. Com o advento do constitucionalismo, a soberania, então nacional e pertencente ao povo, sofreria outra metamorfose. Ela se bifurcou, de um lado, naquilo que Carl Schmitt chamou de decisão fundamental tomada

pelo povo no poder constituinte e, de outro lado, no direito de sufrágio dos representantes dos poderes constituídos.

Como podemos ver, a soberania sobreviveu como elemento teórico do poder político porque se adaptou às transformações da sociedade.

Nesse contexto, a soberania econômica se apresenta, possivelmente, como o mais recente produto da transformação, ramificação e complexificação que o conceito original de soberania experimenta ao longo do tempo.

E qual seria, então, o possível acontecimento ou processo de acontecimentos históricos que provocou o surgimento dessa nova ramificação da soberania?

O processo de acontecimentos em questão parece ter sido o desenvolvimento da economia como um livre vetor de poder, descolado da dimensão política, fenômeno esse que progrediria para a globalização econômica.

Em apertada síntese, o anseio e a luta do povo por liberdade contra o poder absoluto do Estado, luta esta que demarcou a queda do Antigo Regime e a passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, misturava-se, num caldo cultural maior, com os anseios da classe burguesa pela plena liberdade econômica, desamarrada de qualquer intervenção ou intercessão estatal.

Assim, o ideal do liberalismo econômico ingressou dentro da estrutura do Estado democrático, de tal sorte a permitir que o poder econômico florescesse à margem da unidade política e jurídica do Estado. Esse poder econômico desenvolveu-se em tal envergadura a ponto de subordinar e sobrepujar o poder da unidade política e jurídica nacional.

Diz Vital Moreira que a democracia política, com os seus instrumentos, como o parlamento, os partidos, o sufrágio universal e os direitos fundamentais, não passa de uma ilusão quando as condições econômicas impedem o cidadão de efetivamente fazer uso dos seus direitos. Faz-se necessário, então, transformar o cidadão político em cidadão econômico. Arremata o célebre jurista português que “assim como a revolução liberal tinha criado a cidadania política, era necessário agora atribuir a todos a ‘cidadania econômica’”.²

É nesse contexto de mudança da sociedade, em que o poder econômico desponta como um vetor subordinante do poder político e jurídico nacional, que se desenha a ideia

² MOREIRA, Vital. Economia e Constituição. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1979, p. 20.

de soberania econômica. A soberania econômica parece refletir a conscientização jurídica, sobretudo nos países subdesenvolvidos, da necessidade de o direito incidir no plano econômico de tal maneira a promover a autonomia da economia nacional, e assim permitir que a soberania popular, do ponto de vista político, consiga se efetivar.

Tal interpretação em muito se alinha com as doutrinas brasileiras da *Crise do Poder Constituinte*, de Paulo Bonavides, e da *Soberania Bloqueada*, de Gilberto Bercovici, segundo as quais a efetivação, pelo povo, de sua soberania popular é histórica e continuamente suspensa pelos interesses econômicos da pequena elite dirigente interna e das nações estrangeiras que ocupam o centro do sistema capitalista. Essas duas correntes de pensamento serão analisadas com profundidade ao longo da dissertação.

Parece ser esse o ponto de partida da história e da epistemologia do princípio da soberania econômica, inaugurado no direito brasileiro pela Constituição Federal de 1988. A presente dissertação investigará a validade e procedência dessa intuição.

E se a soberania econômica está ligada à incidência do direito no domínio econômico com vistas a preservar, recuperar ou atingir a independência e autodeterminação econômica nacional, a regulação jurídica da infraestrutura se oferece como questão elementar para o cumprimento de tal princípio, haja vista a já referida importância fulcral de tais setores no desenvolvimento do sistema econômico.

A dissertação se dividirá em três grandes capítulos.

O primeiro capítulo se dedica ao estudo da evolução da soberania enquanto conceito político e o seu caminho de ingresso no plano econômico. A rememoração e análise da formação da soberania, sua transformação em soberania nacional e sua equalização à ideia de constitucionalismo nos revela importantes elementos para a compreensão histórica e conjuntural do que venha a ser soberania econômica.

O segundo capítulo dedica-se exclusivamente ao estudo sobre o princípio da soberania econômica, já com a contribuição dos influxos do capítulo anterior.

A investigação do conteúdo do princípio da soberania econômica requer a compreensão do papel que ele exerce na constituição econômica, os comandos pragmáticos que se extraem do princípio e as normas constitucionais que dele decorrem ou com ele se comunicam. Verificar-se-á que, entre essas normas que se comunicam com o princípio da soberania econômica, estão aquelas que determinam a titularidade estatal dos bens e atividades que compõem a infraestrutura.

Por fim, o terceiro e último capítulo estudará o conceito de infraestrutura, os setores que a compõem, o seu significado e qualificação jurídica, as suas características físicas, a

sua conexão com os serviços públicos e com os direitos sociais de natureza econômica, de modo a compreender o exato papel da infraestrutura na concretização da soberania econômica.

5 CONCLUSÃO

Como estipulado na introdução desta dissertação, o seu objetivo era compreender o real significado do princípio da soberania econômica, previsto pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, I, e entender a importância da infraestrutura para a consecução de referido princípio.

A investigação sobre o princípio da soberania econômica requereu a compreensão de sua localização e seu contexto dentro da longa história do conceito de soberania política no tempo.

A soberania é conceito descoberto por Bodin no século XVI. Viu-se que, no correr dos séculos seguintes (XVII, XVIII e XIX), a soberania sofreu transformações radicais, acompanhando as metamorfoses estruturais das sociedades ocidentais.

O significado nuclear de soberania que se manteve com o tempo é o de superior poder de mando social, relativamente exclusivo e indivisível, canalizado na figura pública do Estado Nacional. Do Antigo Regime até as atuais democracias constitucionais, a soberania se mantém – não sem muitas mudanças de forma e conteúdo, de objeto e de sujeito – como o modelo de poder que engrena a organização social, através de uma canalização do poder de mando de última instância na figura pública do Estado Nacional. Esse modelo se mantém em contraposição ao antecedente modelo da constituição mista medieval, em que o poder estava pulverizado em diversos polos que procuravam viver sob permanente mediação de suas forças e espaços de mando.

As transformações no percurso podem ser assim sintetizadas:

- (i) A soberania em Bodin pertencia genuinamente ao príncipe, como um poder exclusivo que não encontrava praticamente limite algum (subseção 2.2.1).
- (ii) Em Hobbes, isto é, no estágio profundo do absolutismo, esse poder é transferido subjetivamente do príncipe para a figura do Estado, e, em seu conteúdo, torna-se ainda mais supremo e insuscetível de qualquer limite ou contraste (subseção 2.2.2).
- (iii) Em Rousseau, esse poder se transfere da pessoa do príncipe ou do Estado para a povo, que passa a ser seu reconhecido titular. Essa importante transferência subjetiva do poder faz consagrar a democracia (subseção 2.3.1).
- (iv) Com o advento do constitucionalismo, a soberania experimenta uma importante mudança de seu conteúdo, que se torna bastante mais complexo.

Num Estado constitucional, a soberania se manifesta em duas dimensões distintas. A soberania nacional se manifesta no momento de concepção da unidade política e ordem jurídica, através do poder constituinte, resultando na constituição, e se manifesta no momento de vigência da ordem e normalidade, com os mecanismos constitucionais que visam garantir a presença e influência do povo nos poderes constituídos, como o sufrágio (seção 2.4).

- (v) Em Duguit, no contexto de concepção da ideia de Estado social, fundado na solidariedade social, aglutina-se ao conceito de soberania, até aqui visto sobretudo como um poder, o dever de prestação e satisfação das necessidades sociais elementares (subseção 2.3.2).

Nessa linha do tempo, a soberania econômica aparece como a mais nova rodada de transformação e complexização do conceito político de soberania, propulsionada pelo fenômeno da globalização no século XX.

Com o surgimento e a consolidação do capitalismo industrial, nos séculos XVIII e XIX, e, posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo financeiro, no início do século XX, a economia se tornou um poderoso vetor autônomo de alto impacto nas estruturas sociais. No século XX, o capitalismo financeiro atinge o cosmopolitismo absoluto. A economia se autonomiza por completo dos limites políticos nacionais, de modo a caracterizar um mundo de contraste entre a fragmentação política na escala das nações e a globalização econômica.

A globalização econômica não resultou na aproximação das pessoas em seus modos e suas condições de vida, não gerou igualdade. A livre interação econômica num mundo politicamente fragmentado resultou em predação, em colonização econômica. A dominação colonial não cessou em seu mérito com o reconhecimento da independência política dos países de Terceiro Mundo. Ela converteu-se numa dominação econômica, através do fenômeno da globalização.

Em tal cenário, passa-se a compreender que a soberania nacional, para ser efetiva, tem como condição precedente o atingimento de independência e autonomia econômica do país.

A soberania econômica, portanto, como se observa na seção 3.2 da dissertação, consiste **no estágio de autonomia da economia nacional que permite ao seu povo exercer de maneira efetiva a sua soberania política**. A soberania econômica é a

metassoberania, pois é a soberania prévia que um país tem de atingir para possibilitar que seu povo seja de fato politicamente soberano.

Sem a soberania econômica, as decisões do povo em sua soberania política são constantemente subvertidas por interesses econômicos externos e da elite interna, de modo a configurar o fenômeno intitulado pela doutrina brasileira de *crise do poder constituinte* ou *soberania bloqueada*.

A soberania econômica, vê-se, é um conceito geopoliticamente relativo: preocupam-se com a soberania econômica aqueles países que, por sua posição periférica no sistema capitalista, encontram-se presos num permanente estado de *crise do poder constituinte*, com o contínuo bloqueio das decisões políticas do povo.

Sob tal contexto, como demonstrado na seção 3.4, a soberania econômica aparece como um conteúdo típico das constituições econômicas dos países periféricos do capitalismo.

Como demonstrado na seção 3.5.1, o conteúdo normativo do princípio da soberania econômica reflete os conceitos furtadianos e cepalinos da busca de internalização dos centros de decisão econômica e de desenvolvimento endógeno.

De maneira pragmática, o princípio da soberania econômica induz a necessidade de planejamento nacional da economia, conforme demonstrado na subseção 3.5.2. Em nossa Constituição Federal, o planejamento nacional da economia encontra-se expressamente consagrado num sistema de dispositivos articulados (artigos 174, 21, inc. IX e 43).

Assim, o princípio da soberania econômica tem como essencial conteúdo normativo o planejamento nacional da economia, com vistas à internalização dos centros de decisão econômica.

Nessa tarefa, o princípio da soberania econômica está capilarizado em uma série de outras normas constitucionais, representativas dos elementos que o Estado deve articular no planejamento nacional da economia. Conforme demonstrado na seção 3.6, são normas decorrentes do princípio da soberania econômica, por exemplo, (i) o artigo 218 da CF, sobre o papel do Estado na promoção e incentivo do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação; (ii) o artigo 219, que determina que o mercado interno integra o patrimônio nacional; (iii) o artigo 172, que determina que os investimentos de capital estrangeiro serão disciplinados com base no interesse nacional; (iv) os artigos 20, incs. XIII e IX e 176, que determinam o controle nacional sobre recursos naturais estratégicos; e (v) os artigos 21, incs. XI, XII, XX e 177, que atribuem à União a titularidade das atividades econômicas relacionadas a setores de infraestrutura.

Os itens (iv) e (v) indicados no parágrafo anterior referem-se ao domínio público e à titularidade estatal dos **setores de infraestrutura**, incluindo os bens e as atividades. Significa dizer, portanto, que a titularidade estatal da infraestrutura consiste num importante mecanismo de efetivação do princípio da soberania econômica.

Para bem entender a importância vital da infraestrutura, é preciso investigar esse elemento econômico e social que se encontra de certa forma oculto em nosso ordenamento jurídico.

Em primeiro lugar, como visto na seção 4.2, infraestrutura é definida fundamentalmente como o conjunto dos setores de energia, telecomunicações, logística de transporte e saneamento básico. E, como visto na subseção 4.3.1, entende-se infraestrutura, do ponto de vista anatômico ou físico, como sendo os bens (obras públicas) e as atividades (serviços à população) em plena sinergia (a obra é construída com a finalidade de possibilitar a atividade e a atividade depende da obra que a suporta).

Apesar do que a sua composição anatômica pode sugerir, a infraestrutura não pode ser lida ou vista como uma atividade econômica pura e simplesmente, conforme tratado na subseção 4.3.2. Quando falamos em atividades econômicas, referimo-nos às *atividades diretamente produtivas* (na sistemática de Albert Hirschman) ou aos *processos de produção imediatos* (na sistemática de Karl Marx) que promovem a circulação contínua de capital.

As atividades econômicas se encontram na superfície do sistema capitalista em funcionamento, promovendo o ciclo constante de capital, nas formas monetária, de produção e mercadoria. A infraestrutura não se encontra em tal dimensão, ela não é um elemento do capitalismo em funcionamento; ela está na edificação que permite o sistema funcionar. A infraestrutura não é capital em circulação, pelo contrário, ela é *capital fixo social* (na sistemática de Albert Hirschman) ou *condição geral de produção* (na sistemática de Karl Marx). A infraestrutura é uma pré-condição ao desenvolvimento do sistema econômico e das demais atividades econômicas. Para além de seu papel na esfera econômica, a infraestrutura, na esfera fundamentalmente social, ostenta capacidade de provisão imediata de melhoria na condição de vida das pessoas.

Em função de categoria especial que ocupa no sistema econômico, categoria de *capital fixo social*, a infraestrutura apresenta uma série de características que a vinculam ao domínio público e estatal e que a afastam do mercado. São elas, como demonstrado detalhadamente na subseção 4.3.3, a universalidade, integração, livre acesso, não excludabilidade, não rivalidade e configuração sob a forma de rede. Tais atributos

proporcionam múltiplas falhas de mercado, quais sejam, externalidades, bem público e monopólio natural, que impedem a infraestrutura de ser submetida ao mercado e, assim, a vinculam ao domínio público.

Por todas essas condições específicas dos setores de infraestrutura, a Constituição Federal os incluiu na categoria jurídica de serviço público. Conforme indicado na subseção 4.4.1, a categoria jurídica de serviços públicos é a expressão jurídica e constitucional da infraestrutura. É por meio de tal instituto jurídico que os setores de infraestrutura se colocam como instrumentos do princípio da soberania econômica, e são integrados no sistema de engrenagens da constituição econômica dirigente, voltado à realização de transformações estruturais na sociedade.

Conforme demonstrado na subseção 4.4.2, a infraestrutura também se apresenta como um mecanismo de satisfação dos direitos sociais de natureza econômica previstos no artigo 3º da Constituição Federal, o que ratifica a sua condição de instrumento da soberania econômica.

Por fim, na subseção 4.4.3, advertimos o fato de que, sendo a infraestrutura um instrumento tão essencial à efetivação da soberania econômica (e conseqüentemente, da soberania popular) a legislação infraconstitucional aplicável à delegação da operação dos setores de infraestrutura à iniciativa privada deve ser extremamente cuidadosa, de tal modo que a delegação não comprometa a capacidade da infraestrutura de satisfação dos direitos sociais de natureza econômica.

Porém, o que se vê é justamente o contrário: a legislação infraconstitucional de delegação da infraestrutura, consubstanciada sobretudo na Lei das PPPs e norteadas pela filosofia maior do Programa Nacional de Desestatização, consagra diversos mecanismos que permitem ao concessionário explorar as atividades de infraestrutura em regime fundamentalmente de direito privado, e em atendimento de interesses exclusivamente particulares. São exemplos desses mecanismos o modelo da concessão patrocinada e a regra que impede o Poder Concedente de deter participação majoritária nas sociedades de propósito específico constituídas para cada projeto de infraestrutura.

Sendo assim, a atual legislação infraconstitucional que disciplina a delegação da operação da infraestrutura à iniciativa privada representa clara manifestação do fenômeno de *crise do poder concedente* ou *soberania bloqueada*. Tal manifestação desse fenômeno é particularmente lesiva, pois está a bloquear um instrumento crucial concebido pela constituição econômica para efetivar as transformações estruturais de que a sociedade brasileira tanto necessita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Josinaldo; CONDÉ, Nathália. *Quem são os proprietários das hidroelétricas da Amazônia?*. Instituto Mais democracia, Rio de Janeiro: 2015.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. *Contrato Administrativo*. São Paulo: Quarter Latin, 2012.

APARICIO, Carlos; JARAMILLO, Miguel; SAN ROMÁN, Cristina. Desarrollo de la infraestructura y reducción de la pobreza: el caso peruano. *Centro de Investigación da Universidad del Pacífico e Consorcio de Investigación Económica e Social – CIES*, 2011.

ARAGÃO, Alexandre Santos. *Direito dos Serviços Públicos*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

ARAUJO, Jair; CAMPELO, Guaracyane; MARINHO, Emerson. O impacto da infraestrutura sobre a pobreza para o Brasil. *Encontro Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia –ANPEC*, Foz do Iguaçu, 2014.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. *As Novas Dimensões do Princípio da Soberania*. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

ASENJO, Oscar de Juan. *La Constitución económica española*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

ATHIAS, Jorge Alex Nunes. *A Ordem Econômica e a Constituição de 1988*. Belém do Pará: Cejup, 1997.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1994 – Infra-estrutura para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro-São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 33. ed., revista e atualizada até a Emenda Constitucional 92, de 12 jul. 2016. São Paulo: Malheiros, 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Soberania. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 63/64, jul. 1986/jan. 1987.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. A Constituição de 1988 e a Nova Regulamentação do Capital Estrangeiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 69/70, p. 105 – 118, jul. 1988/jan. 1989.

BARROS, Alberto Ribeiro de. O conceito de soberania no Methodus de Jean Bodin. *Discurso*, v. 27, n. 1, p. 139-155, jun. 1996.

BARROSO, Luis Roberto. *A Ordem Econômica Constitucional e os Limites à Atuação Estatal no Controle de Preços*. *Revista Direito Administrativo, Rio de Janeiro*, n. 226, p. 187-212, out./dez. 2001.

BASTOS, Benedicto Ferri de. O futuro do Estado. In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 148-163.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1994.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BASTOS, Celso Ribeiro. Estado do Futuro In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 164-174.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil* (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, 1990. v. 1 e 7.

BEAUD, Olivier. *La Puissance de l'État*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Infra-estrutura dos domicílios brasileiros: uma análise para o período 1981-2002. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2005. (Texto para Discussão, n. 1.077). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1077.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento: Uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. *Revista Pensar*, Fortaleza, v.11, p. 95-99, fev. 2006.

BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais*. São Paulo: Quarter Latin, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo*. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. Infraestrutura e Desenvolvimento. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 17-26.

BERCOVICI, Gilberto. A soberania econômica e o desmonte do Estado no Brasil. *Carta Maior*, 20 abr. 2017 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-soberania-economica-e-odesmonte-do-Estado-no-Brasil/4/37985>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica. *Boletim de Ciências Econômicas*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, v. XLIX, p. 57-77, 2006.

BERCOVICI, Gilberto; WARDE JR., Walfrido Jorge; SIQUEIRA NETO, José Francisco. *Um plano de ação para o salvamento do projeto nacional de infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015.

BERTHÉLEMY, Henry. *Traité Élémentaire de Droit Administratif*. Paris: Premier Fascicule, Librairie Nouvelle de Droit e Jurisprudence Arthur Rousseau, 1900.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Pêrsio Abramo, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UnB, 1998. v. 1.

BODIN, Jean. *Methodus ad Facilem historiarum cognitionem*. Edizione, traduzione e commento a cura di Sara Miglietti. Pisa: Edizioni Della Normale, Scuola Normale Superiore Pisa, 2013.

BODIN, Jean. *Os Seis Livros da República*, Livro Primeiro. Tradução de José Carlos Orsi Morel e José Ignácio Coelho Mendes Neto. 1. ed. São Paulo: Editora Ícone, 2011. (Coleção Fundamentos do Direito).

BONAVIDES, Paulo. *Do País Constitucional ao País Neocolonial: A derrubada da Constituição e a Recolonização pelo Golpe de Estado Institucional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BONAVIDES, Paulo. Reflexões sobre nação, Estado social e soberania. *Estudos Avançados*, Revista USP, v. 22, n. 62, p. 195-206, 2008.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BOURGEOIS, Léon. *Solidarité*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 1902.

BRANDÃO, Carlos. Evolução do Estado no mundo globalizado. In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 114-124.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. É hora de as elites se juntarem para a salvação nacional. *Um Brasil*, Análises e discussões sobre um povo em busca de uma identidade. Columbia Global Centers, p. 33-39, mar. 2016.

BUENO, Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: 1857.

BUHR, Walter. *What is infrastructure?* Siegen, Germany, University of Siegen, Department of Economics, 2003. (Discussion Paper, n. 107-3).

CAETANO, Marcello José das Neves Alves. *Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 1977. v. I. Direito Comparado. Teoria Geral do Estado e da Constituição. As Constituições do Brasil.

CALDERÓN, César; SERVÉN, Luis. *The Effects of Infrastructure Development on Growth and Income Distribution*. Washington: World Bank, 2004. (Policy Research Working Paper, n. 3400).

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. CRP Constituição da República Portuguesa anotada. 1 ed brasileira e 4 ed portuguesa. São Paulo e Coimbra: Revista dos Tribunais e Coimbra Editora, 2007, v. 1 – artigos 1º a 107.

CANTÚ, Cesare. *História Universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1954. v. 22.

CARVALHO, André Castro. *Direito da infraestrutura: perspectiva pública*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito Constitucional: teoria do Estado e da Constituição*. 14. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão Cavalcanti. *Teoria do Estado*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. Por que não a soberania dos pobres? In: SADER, Emir. (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 85-109.

CRUZ, Aline Cristina; TEIXEIRA, Erly Cardozo; BRAGA, Marcelo José. Os efeitos dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia*, Brasília, v. 11, n. 4, p.163-185, dez. 2010.

CURTIS, A. Kenneth; LANG, J. Stephen; PETERSEN, Randy. *The 100 Most Important Events in Christian History*. 9. ed. Michigan: Fleming H. Revell, 2002.

DALLARI, Adilson Abreu. Acordo de acionistas. Empresa estadual concessionária de serviço público federal. Manutenção da qualidade de acionista controlador. Interesse Público, Belo Horizonte, v. 2, n. 7, jul. 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral de Estado*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DAL POZZO, Augusto Neves. O Dever de planejamento estatal e a efetividade na prestação de serviço público de saneamento básico. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 207-239.

DE CHIARA, José Tadeu. Capitais Estrangeiros. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 26, São Paulo, pp. 67 a 85, 1977.

DEL VALLE, José Antonio Trujillo. *Financiación de infraestructuras: los riesgos y su mitigación*. Notas Técnicas. Washington: Inter-American Development Bank, 2004.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Crisis del Derecho y crisis del Estado*. Tradução de Mariano Castano. Madrid: Librería General de Victoriano Suarez, 1935.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. *Seminário de Consolidação do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)*. Brasília, set. 2018. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/sicro/eventos-1/seminario-de-consolidacao-do-sicro-2018/ConsolidacaodoSICRO2018-SupereestruturaFerroviaria.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

DORIA, Antonio de Sampaio. *Os Direitos do Homem*. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

DUGUIT, Léon. *Traité de droit constitutionnel* – Tome Deuxième: La théorie générale de l'État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v.

DUGUIT, Léon. *Fundamentos do Direito*. Traduções e notas de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN Editora, 2003.

DUGUIT, Léon. *Las transformaciones del derecho público y privado*. Tradução de Adolfo Posada e Ramón Jaén. Granada: Comares editorial, 2007.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social, Tradução de Carlos Brandão, 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

ESMEIN, Adhémar. *Éléments de Droit Constitutionnel français et compare*. 8. ed. Paris: Librairie de la société du Recueil Sirey, 1927, t. 1.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FEA/USP. *O que é economia?* São Paulo. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/economia/graduacao/o-que-e-economia>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FAORO, Raymundo. Constituinte: a verdade e o sofisma. In: SADER, Emir. (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 7-16.

FERRAJOLI, Luigi. *A Soberania no mundo moderno*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. *Processos informais de mudança da Constituição*. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. O Estado do futuro e o futuro do Estado. *Revista Direito e Democracia*, Canoas, v. 1, n. 1, p. 81-94, 1. sem. 2000.

FERREIRA, Luiz Pinto. *Comentários à Constituição Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 1994. 6 v.

FERREIRA, Luiz Pinto. *Da Soberania*. Tese (Concurso para professor docente-livre de Teoria Geral do Estado) – Faculdade de Direito de Recife, Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, Recife, 1943.

FERRERO, Guglielmo. *El poder, Los Genios invisibles de la Ciudad*. Tradução de Eloy García, Madri: Tecnos, 1992.

FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. São Paulo: Revista Forense, 1958.

FRANCO, Gustavo H. de Barroso. Boas e más notícias. Instituto Millenium, publicação em 25 nov. 2019. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/gustavo-franco-boas-e-mas-noticias/> Acesso em: 08 jan. 2020.

FRISCHMANN, Brett. An Economic Theory of Infrastructure and Commons Management, *Minesotta Law Review*, v. 89, pp. 917 – 1.030, 2004-2005.

FROSINI, Tommaso Edoardo. Elogio dela sovranità. Editoriale. *Percorsi Costituzionali*, Roma, Sovranità vs Sovranazionalità, n. 1, 2013.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. v. 1 p. 239-263.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4 (96), pp. 483-486, out.-dez. 2004.

FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GALBRAITH, John Kenneth, *The Economics of innocent fraud: Truth for our time*, Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 2004.

GALVÊAS, Ernane. Visões do século XXI. In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 125-135.

GARCÍA, Pedro de Veja. El tránsito del positivismo jurídico al positivismo jurisprudencial en la doctrina constitucional. *UNED, Revista Teoría y Realidad Constitucional*, n. 1, p. 65-87, 1. sem. 1998.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 17. ed. Atualizada por Fabrício Motta. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRAU, Eros. Sociedade de economia mista – nulidade de acordo de acionistas que importa em mudança de seu acionista controlador. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, pp. 348 -357, out/dez. 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

GRAU, Eros Roberto. Comentários à Constituição do Brasil – artigo 170, caput e inciso I. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Editoras Saraiva, Almedina e Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, 2013. p. 1785-1797.

GROSSI, Paolo. *Diritto Senza Stato (La Nozione di Autonomia come Fundamento della Costituizione Giuridica Medievale)*. Quaderni Fiorentini, per la storia del pensiero giuridico moderno. 25. ed. Milano: Gioffrè, 1996.

GROTIUS, Hugo. *Direito da guerra e da paz* (de jure belli ac pacis). Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *O serviço público e a constituição brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2003.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti, Evolução da teoria do serviço público. Enciclopédia jurídica da PUC – SP. in NUNES JÚNIOR, Vidal Serra; ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner; FREIRE André Luiz (coord.) Tomo II: Direito Administrativo e Constitucional. 1 ed., São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

HARVEY, David. *A companion to Marx's Capital, Volume 2*, Londres e Nova York: Verso, 2013.

HAURIOU, Maurice. *Principios de Derecho Público y Constitucional*. Traducción, estudio preliminar, notas y adiciones por Carlos Ruiz Del Castillo. 2. ed. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução de Luis Afonso Heck. 20. ed. alemã. Porto Alegre: Editor Sérgio Antônio Fabris, 1998.

HESSE, Konrad. *Teoría Fundamental do Directo Constitucional*. Textos seleccionados e traduzidos por Carlos dos Santos Almeida, Gilmar Ferreira Mendes e Inocêncio Martires Coelho. São Paulo: Saraiva, 2009.

HESSE, Konrad. *Escritos de Derecho Constitucional*. Selección y traducción Pedro Cruz Villalón. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2012.

HIRSCHMAN, Albert Otto, *The Strategy of economic development*, New Haven: Yale University Press, 1958.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.

HORTA, Raul Machado. *Constituição e Ordem Econômica e Financeira*. *Revista de informação legislativa*, v. 28, n. 111, p. 5-20, jul./set. 1991.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1 ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISAS AVANÇADAS EM ECONOMIA – IPEA. *Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Brasília, Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro: Infraestrutura Econômica, Social e Urbana, livro 6, v. 1).

ISRAEL, Arturo. *Gestión de la infraestructura en el decenio de 1990*. Washington D.C.: World Bank, 1993. (World Bank Discussion Papers, n. 171).

JACOBY, H. Access to markets and the benefits of rural roads. *Economic Journal*, v.110, p.713- 737, 2000.

JAYASURIYA, Kanishka. Globalization, Law, and the Transformation of Sovereignty: The Emergence of Global Regulatory Governance. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. v. 6, Iss. 2, art. 3, p. 425-455, 1999.

JELLINEK, Georg. *Teoría General del Estado*. Buenos Aires: Albatros, 1943.

JUSTEN DE OLIVEIRA, Fernão. *Parceria público-privada, aspectos de direito público econômico (Lei nº 11.079/2004)*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p.79-112, jan./jun. 2006.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução de Luis Carlos Borges. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KESSIDES, Christine. *The contributions of infrastructure to economic development: a review of experience and policy implications*. Washington D.C., World Bank, Sept. 1993. (World Bank Discussion Papers, n. 213).

LEAL, Rosemiro Pereira. *Direito Econômico: soberania e mercado mundial*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LOEWENSTEIN, Karl, *Teoría de la constitución*. Traducción y estudio sobre la obra por Alfredo Gallego Anabitarte. 3. ed. Barcelona: Ariel Ciencia Política, 1983.

LUÍS, Alessandro Serafin Octaviani. *O ordenamento da inovação: a economia política da forma jurídica*. Rio de Janeiro, 2009. Artigo exposto no seminário internacional International Seminar INCT-PPED Promoting Strategic Responses to Globalization.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. *Formação do conceito de soberania: a história de um paradoxo*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MALISKA, Marcos Augusto. Comentários à Constituição do Brasil – art. 1º, inc. I, *In*: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Editoras Saraiva, Almedina e Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, 2013. p. 116-118.

MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANN, Michael. The Autonomous Power of the State: its Origins, Mechanisms and Results *in* HALL, John A. (coord.) *States in History*, Cambridge: Basil Blackwell, 1986.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; GARRAFANO, Rafael Roque. *Notas sobre o conceito de serviço público e suas configurações na atualidade*. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, ano 12, n. 46, pp. 63 a 77, abril/jun. 2014.

MARTÍNEZ, Juan Miguel de la Cuétara. Sobre infraestructuras en red y competencia entre redes *In* BARTOLOMÉ, Rafael Izquierdo de. *Nuevo derecho de las infraestructuras*. Madri: Montecorvo, 2011, p. 197-275.

MARTINS, Ives Gandra. O Estado do futuro. In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 13-28.

MARUYAMA, Natália. Liberdade, Lei Natural e Direito Natural em Hobbes: Limiar do direito e da política na modernidade. *Transformação*, Revista de Filosofia da Unesp, v. 32, n. 2, p. 45-62, 2009.

MARX, Karl. Grundrisse, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. O Capital, Crítica da Economia Política, *Livro II – O Processo de Circulação do Capital*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MASSONETTO, Luís Fernando. Aspectos macrojurídicos do financiamento da infraestrutura. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael. *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 27-52.

MEDAUAR, Odete. Serviço público. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 189, p. 100-113, jul. 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 41. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo III – Estrutura Constitucional do Estado. 4. ed. Lisboa: Coimbra, 1998.

MONCADA, Luís Cabral de. *Direito Económico*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2018.

MORAND-DEVILLER, Jacqueline, *Derecho Administrativo*, Curso, Temas de Reflexión, Comentarios y Análisis de Fallos. Tradução de Zoraida Rincón Ardila e Juan Carlos Peláez Gutiérrez. 14 ed. (2015). Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2017.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo, CASTRO, Paulo Rebello de. O Futuro do Estado: do pluralismo à desmonopolização do poder. In: MARTINS, Ives Gandra. (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, Associação Internacional de Direito e Economia, 1998. p. 45-61.

MOREIRA, Egon Bockmann, *Direito das concessões de serviço público, inteligência da Lei 8.987/1995* (Parte Geral). São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA, Vital. Economia e Constituição. 2 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1979.

MÜLLER, Friedrich, *Fragmento (sobre) o poder constituinte do povo*. Tradução por Peter Naumann. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Tradução de N. Palhano. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NOGUEIRA, Ataliba. *O Estado é meio e não fim*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1955.

NOHARA, Irene Patrícia. Aspectos gerais de concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas, contratação pública e infraestrutura. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 89-114.

NURKSE, Ragnar. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. New York: Oxford University Press, 1961.

O'NEILL, Philip M. Infrastructure financing and operation in the contemporary city. *Geographical Research*, Institute of Australian Geographers, v. 48, n. 1, p. 3-12, Feb. 2010.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. Planejamento, projeto nacional e desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, v. 1, n. 1, p. 15-27, 2011.

PAUPÉRIO Arthur Machado. *O conceito polêmico de soberania e sua revisão contemporânea*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.

PERROUX, François. A economia do século XX. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Livraria Morais Herder, 1967.

PEREIRA, Luísa Rauter. O Conceito de Soberania: dilemas e conflitos na construção e crise do Estado Imperial Brasileiro (1750-1870). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, UERJ, ano IX, n. 2, nov. 2010.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 1993.

PIRES, José Carlos Linhares; PICCINI, Maurício Conti. *A Economia brasileira nos anos 90: A regulação dos setores de infra-estrutura no Brasil*, Rio de Janeiro: publicações BNDES, pp.217-270, 1999, aqui p. 220. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_07.pdf Acesso em: 05 jan. 2020.

POMPEU, Gina Marcilio; PONTES, Rosa Oliveira de. O princípio da democracia econômica e social e a Constituição brasileira de 1988. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 230-256, maio/ago. 2017.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro, Folha de S.Paulo).

PREBISCH, Raúl. *El Desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago, Cepal, 1949.

PROUDHON, Joseph-Pierre. *De la justice dans la révolution et dans l'église*. Paris: Librairie de Granier Frères, 1858, t. 1.

RIBEIRO, Maurício Portugal; LINS, Paulo Meira. *Infraestrutura, crescimento e desigualdade social*. Curso de Direito da Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, 2008. (Apresentação de slides, aulas 1 a 3). Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/portugalribeiro/curso-de-direito-da-infraestrutura-aula-1-infraestrutura-crescimento-e-desigualdade-social-3650693>. Acesso em: 18 out. 2019.

RODRIGUEZ, Octávio. *O estruturalismo latino americano*. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROLLAND, Louis. *Précis de droit administratif*. 12. ed. Paris: Dalloz, 1928.

ROSANVALLON, Pierre. *La Sociedad de iguales*. Buenos Aires: Manantial, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou o discurso sobre a economia política*. Tradução Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. 7. ed. São Paulo: Hemus, 1995.

ROVIRA, Ricardo Calleja. Jean Bodin a la sombra de Thomas Hobbes. En los orígenes de la teoría de la soberanía. *Revista de Estudios Políticos*, n. 166, p. 13-40, out./dez. 2014.

RUNSINARITH, Phim. *Infrastructure Development and Poverty Reduction: Evidence from Cambodia's Border Provinces*. Graduate School of International Studies. Nagoya University, 2008.

SACHS, Jeffrey D.; MCARTHUR, John; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KRUK, Margaret; BAHADUR, Chandrika; FAYE, Michael; MCCORD, Gordon. Ending Africa's Poverty Trap. *Economic Studies Program*, The Brookings Institution, vol. 35(1), pages 117-240, 2004.

SALDANHA, Nelson. *O Poder Constituinte*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

SÁNCHEZ, Ricardo J. (coord.). *Reti infrastrutturali in America Latina*. Cepal, Nazione Unite, Santiago del Cile, ago. 2008. In: CAMPANELLA, Raffaele. *America Latina e Caraibi Infrastrutture e Integrazione*. Roma: Collana di Studi Latinoamericani, Economia e Società, 2008.

SCAFF, Fernando Facury. Controle Público de Projetos de Infraestrutura In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 277-304.

SCHIRATO, Vitor Rhein. *A noção de serviço público em regime de competição*. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. 2011.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

SCHMITT, Carl. *El valor del Estado y el significado del individuo*. Edición, estudio introductorio y traducción Celestino Pardo. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2011.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SIMÓN, José Luís Muñoz de Baena. Una clave de las teorías decimonónicas del Estado: la autolimitación del soberano. In: GARCIA, Juan Antonio Gómez. (coord.). *Legalidad y Legitimidad en el Estado Contemporáneo*. Madrid, Editora Dykinson, 2014. p. 43-68.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; ROGUET, Patrícia; FILHO, Murilo Magacho. Consideração sobre as origens do princípio da solidariedade social e sua distinção com a fraternidade. *RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 4, n. 3, p. 156-175, set./dez. 2017.

OLON, Ari Marcelo. *Teoria da soberania como problema da norma jurídica e da decisão*. Porto Alegre: Editor Sergio Antonio Fabris, 1997.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso do Direito do Trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo, LTr, 2011. v. 1.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; MENDONÇA, José Vicente Santos de. Fundamentalização e fundamentalismo na interpretação do princípio constitucional da livre iniciativa. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (org.). *A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007. p. 709-741.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Teoria da Constituição Econômica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

STEWART-SMITH, Martin. *Industry Structure and Regulation*. Washington, DC: World Bank, 1995. (Policy Research Working Paper, 1419).

STRAUSS, Leo. *A filosofia política de Hobbes: suas bases e sua gênese*. Tradução Élcio de Gusmão Verçosa Filho São Paulo: É realizações Editora, 2016.

STRENGER, Irineu. *Da autonomia da vontade: direito interno e internacional*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2000.

SWEDBERG, Richard. Markets as social structures In: SMELSER, Neil.; SWEDBERG, Richard. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press; New York: Russell Sage foundation, 1994. p.255-283.

TÁCITO, Caio. O retorno do pêndulo: Serviço público e empresa privada. O exemplo brasileiro. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 202, p. 1-10, out. 1995.

TÁCITO, Caio. O Estado e a empresa. In: TÁCITO, Caio. *Temas de Direito Público: estudos e pareceres*. Rio de Janeiro, Renovar, 1997. v. 1. p. 659-665.

TAVARES DA SILVA, Danilo. Desestatização da infraestrutura federal de transportes e financiamento público: alguns pontos de discussão. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael, *Elementos de Direito da Infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 241-276.

TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. 1. ed. São Paulo: Método, 2003.

TAVARES, André Ramos. Os princípios fundamentais na Constituição de 1988: estudo de sua evolução em 20 anos. In: MARTINS, Ives Gandra; REZEK, Francisco (coord.). *Constituição Federal – Avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais e Centro de Extensão Universitária, 2008.

TAVARES, André Ramos. O discurso dos direitos fundamentais na legitimidade e deslegitimação de uma Justiça Constitucional substantiva. *Fórum administrativo - Direito Público*, v. 100, p. 19-29, jun. 2009.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. *A destruição não criadora – Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. O Processo de Substituição de Importações como Modelo de Desenvolvimento na América Latina/O Caso do Brasil. In: SICSÚ, João; PORTARI, Douglas. *Maria da Conceição Tavares, Desenvolvimento e Igualdade – Homenagem aos oitenta anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da democracia na América*. Tradução do original francês: Pablo Costa e Hugo Medeiros. São Paulo: Vide Editorial, 2019.

TORRISI, Gianpiero. Public infrastructure: definition, classification and measurement issues. *Munich Personal RePEc Archive*, Paper n. 12.990, Jan. 2009.

VAZ, Manuel Afonso. *Direito Económico: a ordem económica portuguesa*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1988.

ZAMOJSKA, Anna; PRÓCHNAK, Joanna. Measuring the Social Impact of Infrastructure Projects: the case of Gdansk Fair Co., *Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation* – JEMI, Wyszka Szkoła Biznesu National Louis University – WSB-NLU, v. 13, p. 25-42, Jan. 2017.

ZANCHIM, Kleber Luiz. *Contratos de Parceria Público-Privada (PPP): Risco e Incerteza*. São Paulo: Quarter Latin, 2012.

ZARKA, Yves Charles. *Hobbes y el pensamiento político moderno*. Traduzido por Luisa Medrano. Barcelona: Herder, Biblioteca de Filosofia, 1997.

ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria Geral do Estado – Ciência Política*. Traduzido por Antônio Franco e Antônio Francisco de Souza. São Paulo: Saraiva, 2016.

TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Trecho no idioma original	Tradução livre para o português
<p>Nota 8</p> <p>“La costituzione medievale non è articolata in un arcipelago di sovranità ma in un tessuto di autonomie. [...] È questo l’unico modo per ordinare situazioni complesse altrimenti pressoché indecifrabili: la convivenza – in uno stesso territorio – di diritto comune e diritti particolari; l’intrecciarsi continuo fra diritto imperiale, canonico, statuario, feudale, mercantile, che soltanto il relativismo e l’elasticità della nozione di autonomia permette di capire quale compresenza e convivenza di più ordinamenti [...]. Quel tessuto socio-giuridico medievale, che, di primo acchito, sembra un groviglio inestricabile, può ricevere luce definitiva in una ottica pluriordinamentale quale interazione di soggetti autonomi non sovrani”.</p> <p>GROSSI, Paolo. <i>Diritto Senza Stato (La Nozione di Autonomia come Fundamento dela Costituizione Giuridica Medievale)</i>. Quaderni Fiorentini, per la storia del pensiero giuridico moderno. 25. ed. Milano: Gioffrè, 1996, p. 283.</p>	<p>“A constituição medieval não está articulada em um arquipélago de soberania, mas em um tecido de autonomia. [...] É este o único modo de ordenar situações complexas quase indecifráveis: coexistência – num mesmo território – de direito comum e direitos particulares; o entrelaçamento contínuo entre o direito imperial, canônico, estatutário, feudal e mercantil, que apenas o relativismo e a elasticidade da noção de autonomia nos permitem compreender que coexistência e convivência de mais de um ordenamento [...]. Esse tecido sócio-jurídico medieval, que, à primeira vista, parece ser um emaranhado indissociável, pode receber luz definitiva sob uma perspectiva plurissistêmica enquanto interação entre sujeitos autônomos não soberanos”.</p>
<p>Nota 9</p> <p>“Ed emerge decisa la conclusione che è segnata nel titolo del saggio: un diritto senza Stato, un diritto che si aggancia immediatamente al sociale e lo esprime nella sua interezza. [...] Il mondo moderno ha soluzioni assolutistiche ed esclusivistiche: un solo Stato e un solo ordinamento giuridico per un solo territorio; un solo soggetto proprietario e una sola proprietà unitaria per un solo patrimonio. Il mondo medievale, anche a livello patrimoniale, compie scelte esattamente opposte”.</p> <p>GROSSI, Paolo. <i>Diritto Senza Stato (La Nozione di Autonomia come Fundamento dela Costituizione Giuridica Medievale)</i>. Quaderni Fiorentini, per la storia del pensiero giuridico moderno. 25. ed. Milano: Gioffrè, 1996, p. 283-284.</p>	<p>“E emerge decisivamente a conclusão que está marcada no título do ensaio: um direito sem Estado, um direito que se associa imediatamente ao social e o exprime em sua totalidade. [...] O mundo moderno possui soluções absolutistas e exclusivas: um único Estado e um único ordenamento jurídico para um único território; um único sujeito proprietário e uma única propriedade para apenas um único patrimônio. O mundo medieval, também no nível patrimonial, faz escolhas exatamente opostas”.</p>
<p>Nota 12</p> <p>“Ora, Aristoteles non definisce mai quel potere sovrano che egli stesso chiama <i>kyrion politeuma</i> [supremo potere politico] e <i>kyrian archén</i> [autorità suprema], e nel quale consiste <la maestà e> l’ordinamento di uno Stato”.</p> <p>BODIN, Jean. <i>Methodus ad Facilem historiarum cognitionem</i>. Edizione, traduzione e commento a cura di Sara Miglietti. Pisa: Edizioni Della Normale, Scuola Normale Superiore Pisa, 2013, p. 357.</p>	<p>“Ora, Aristóteles nunca definiu qual o poder soberano que ele mesmo chama de <i>kyrion politeuma</i> [poder político supremo] e <i>kyrian archén</i> [autoridade suprema], e no que consiste <a majestade e> o ordenamento de um Estado”.</p>
<p>Nota 17</p> <p>“In ogni Stato, quindi, bisogna prima di tutto andare a vedere chi possa dare e togliere il potere ai magistrati <e chi possa sancire o abrogare le leggi>, se un solo individuo, una minoranza, o la maggioranza dei cittadini: una volta capito questo, si</p>	<p>“Em cada estado, portanto, deve-se, antes de tudo, identificar quem pode dar e tirar o poder aos magistrados <e quem pode sancionar ou revogar as leis>, se apenas um indivíduo, uma minoria ou a maioria dos cidadãos: uma vez compreendido isso, é</p>

<p>capisce facilmente quale sia l'ordinamento dello Stato. Non c'è infatti una quarta possibilità, anzi non è nemmeno possibile immaginarla.”</p> <p>BODIN, Jean. <i>Methodus ad Facilem historiarum cognitionem</i>. Edizione, traduzione e commento a cura di Sara Miglietti. Pisa: Edizioni Della Normale, Scuola Normale Superiore Pisa, 2013, p. 403.</p>	<p>fácil compreender qual é o ordenamento do Estado. Não existe de fato uma quarta possibilidade, na verdade sequer é possível imaginá-la”.</p>
<p>Nota 18</p> <p>“La première est la distinction entre l'État et le gouvernement. Véritable machine de guerre contre l'idéal du régime mixte, elle vise à défendre l'unité et l'indivisibilité de l'État et également à préserver une large diversité dans le mode d'agencement des Magistrats.”</p> <p>BEAUD, Olivier. <i>La Puissance de l'État</i>. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 131.</p>	<p>“A primeira é a distinção entre o Estado e o governo. Verdadeira máquina de guerra contra o ideal do regime misto, ela visa a defender a unidade e a indivisibilidade do Estado e igualmente a preservar uma ampla diversidade no arranjo dos magistrados”.</p>
<p>Nota 23</p> <p>“Bodies were piled up by the hundreds. Many were thrown into the Seine. The atrocities were appalling: one bookbinder was roasted in a fire fueled by his own books – along with seven children. Even babies were not exempt from the bloodletting”.</p> <p>CURTIS, A. Kenneth; LANG, J. Stephen; PETERSEN, Randy. <i>The 100 Most Important Events in Christian History</i>. 9. ed. Michigan: Fleming H. Revell, 2002, p. 112.</p>	<p>“Os corpos foram empilhados às centenas. Muitos foram jogados no Sena. As atrocidades eram assustadoras: um livreiro foi queimado vivo numa fogueira feita de seus próprios livros – junto com sete crianças. Nem mesmo os bebês foram poupados do derramamento de sangue”.</p>
<p>Nota 34</p> <p>“Il n'en faut pas plus à la majorité de la littérature juridique pour qualifier ces lois fondamentales de constitution coutumière de la monarchie et surtout d'y voir la préfiguration de la constitution moderne. Cette idée, pour être répandue n'en est pas moins contestable. Le recours à l'idée de lois fondamentales constitutionnelles postule l'hétéro-limitation du Souverain par des normes supérieures”.</p> <p>BEAUD, Olivier. <i>La Puissance de l'État</i>. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 181</p>	<p>“Não deveria mais a maioria da literatura jurídica qualificar essas leis fundamentais como a constituição costumeira da monarquia e, especialmente, ver nestas a prefiguração da constituição moderna. Essa ideia, mesmo que difundida, não é menos questionável. O manejo do conceito de leis constitucionais fundamentais postula a hetero-limitação do Soberano por normas superiores”.</p>
<p>Nota 41</p> <p>“Puesto que cada uno puede lo máximo, a saber, matar a otro, las diferencias individuales de fuerza o de inteligencia son desdeñables. Esta igualdad implica que ninguno de ellos puede instaurar su dominio sobre los demás. Por otro lado, como cada individuo está en la incertidumbre total de las intenciones de los demás, la igualdad de poder se transforma en igualdad de temor. [...] La igualdad bajo todas estas formas, lejos de ser un factor de paz y de concordia, conduce a la violencia”.</p> <p>ZARKA, Yves Charles. <i>Hobbes y el pensamiento político moderno</i>. Traduzido por Luisa Medrano. Barcelona: Herder, Biblioteca de Filosofía, 1997, p. 215.</p>	<p>“Posto que cada um pode o máximo, ou seja, matar outrem, as diferenças individuais de força ou de inteligência são insignificantes. Essa igualdade implica que nenhum deles possa estabelecer seu domínio sobre os demais. Por outro lado, como cada indivíduo está em total incerteza quanto às intenções dos demais, a igualdade de poder se transforma em igualdade de temor. [...] A igualdade sob todas essas formas, longe de ser um fator de paz e harmonia, leva à violência”.</p>
<p>Nota 61</p> <p>“Los elementos de la soberanía concebida como</p>	<p>“Os elementos da soberania concebida como</p>

<p>propiedad del poder de gobierno – Hemos señalado ya uno de estos elementos, que es el poder de reinado o poder de dominación puro y simple. Se trata de uno de los atributos de la propiedad; reinar y dominar sin gobernar vale tanto como tener el disfrute del derecho sin estar obligado a conservar el ejercicio. Esta es la situación de los propietarios que tienen colonos, o aparceros, o concesionarios, y es una situación que pertenece jurídicamente a las facultades de la propiedad. E importa notar que el propietario que se despoja del ejercicio de su derecho por su arrendamiento cualquiera, no por eso renuncia al dominio eminente sobre su propiedad, a la conservación de un derecho de reinado y de dominación y de una influencia social, ya que permanece dueño de la cosa”.</p> <p>HAURIOU, Maurice. <i>Principios de Derecho Público y Constitucional</i>. Traducción, estudio preliminar, notas y adiciones por Carlos Ruiz Del Castillo. 2. ed. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927, pp. 248-249.</p>	<p>propriedade do poder do governo – Já apontamos um desses elementos, que é o poder do reinado ou o poder da dominação pura e simples. É um dos atributos da propriedade; reinar e dominar sem governar vale tanto quanto gozar do direito sem ser obrigado a manter o exercício. Esta é a situação dos proprietários que têm colonos, ou cortadores, ou revendedores, e é uma situação que pertence legalmente às facultades da propriedade. E é importante notar que o proprietário que se priva do exercício de seu direito por qualquer arrendamento, não renuncia, portanto, ao domínio eminente de sua propriedade, à preservação de um direito de reinado, de domínio e de influência social, uma vez que permanece dono de coisa”.</p>
<p>Nota 63</p> <p>“La démocratie apparaît comme une nécessité en ce qu’à un certain état de civilisation et d’instruction générale, la souveraineté ne peut s’exercer que du consentement du peuple. [...] La démocratie est, dans l’état actuel des choses, le seul gouvernement possible”.</p> <p>BARTHELEMY, Joseph, DUEZ, Paul, <i>Traité élémentaire de Droit Constitutionnel</i>, 1926, p. 70</p>	<p>“A democracia surge como uma necessidade, pois, em determinado estado de civilização e de instrução geral, a soberania não pode ser exercida sem o consentimento do povo. [...] A democracia é, no estado atual de coisas, o único governo possível”.</p>
<p>Nota 71</p> <p>“Le première élément social qui doit entrer dans cette construction est assurément la collectivité. Le fait État implique l’existence d’une société humaine, d’un groupement social, et la forme la plus générale des groupements sociaux dans les pays parvenus aujourd’hui à un certain degré de civilisation est assurément la nation”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l’État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 2.</p>	<p>“O primeiro elemento social que deve entrar nessa construção é seguramente a coletividade. O fato de o Estado implicar a existência de uma sociedade humana, de um agrupamento social, é a forma mais genérica de agrupamentos sociais nos países que hoje alcançam um certo grau de civilização é seguramente a nação”.</p>
<p>Nota 72</p> <p>“La second élément de l’État est ce que nous appelons la différenciation entre gouvernants et gouvernés. Réduit à ses éléments simples, ce fait est la séparation, dans un groupement social, d’individus qui ont une plus grande force que d’autres individus, et qui, en fait, peuvent imposer aux autres individus leur volonté par cette plus grande force”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l’État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 2.</p>	<p>“O segundo elemento do Estado é o que chamamos de diferenciação entre governantes e governados. Reduzido a seus elementos simples, esse fato é a separação, em um agrupamento social, de indivíduos que têm maior força que outros indivíduos, e que, de fato, podem impor sobre outros indivíduos sua vontade por meio dessa maior força”.</p>
<p>Nota 73</p> <p>“Ainsi se trouve écartée la notion de souveraineté ou de puissance publique. La volonté des gouvernants</p>	<p>“Assim a noção de soberania ou poder público encontra-se rejeitada. A vontade dos governantes</p>

<p>sera sans doute un élément de l'État; mais ce n'est pas parce que cette volonté a le privilège de s'imposer par voie d'ordre aux gouvernés. C'est tout simplement parce que les gouvernants étant investis d'une plus grande force pourront mettre légitimement en mouvement cette plus grande force pour imposer leur volonté, quand elle sera conforme au droit”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l'État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 3.</p>	<p>será sem dúvida um elemento do Estado; mas não é porque essa vontade tenha o privilégio de se impor por meio de uma ordem aos governados. É simplesmente porque os governantes investidos de uma força maior poderão legitimamente colocar essa força maior em movimento para impor sua vontade, o que estará em conformidade com a lei”.</p>
<p>Nota 74</p> <p>“Par-là, on est ramené à l'élément essentiel de tout État: la plus grande force. Elle peut être matérielle ou morale; mais, même lorsqu'elle n'est que morale, elle se traduit toujours par une puissance de contrainte. Il n'y a différenciation entre gouvernants et gouvernés que lorsque les gouvernants peuvent, en fait, imposer par la contrainte leur volonté aux gouvernés. A cette seule condition, il y a différenciation entre gouvernants et gouvernés et par conséquent, à cette seule condition, il y a un État”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l'État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 3.</p>	<p>Desse modo, retornamos ao elemento essencial de qualquer Estado: a força maior. Ela pode ser material ou moral; mas, mesmo quando é apenas moral, sempre se traduz em um poder de coação. Não há diferenciação entre governantes e governados, exceto quando os governantes podem, de fato, impor sua vontade aos governados pela coação. Sob essa única condição, existe diferenciação entre governantes e governados e, portanto, apenas sob essa condição, existe um Estado”.</p>
<p>Nota 75</p> <p>“La différenciation entre les gouvernants et les gouvernés a pour milieu de formation la nation. Elle a pour limite un certain territoire. Et ainsi, tout de suite apparaît le rôle du territoire dans la constitution des États modernes: il est la limite matérielle de l'action effective des gouvernants”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l'État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 46.</p>	<p>“A diferenciação entre os governantes e os governados tem como sua fórmula a nação. Ela tem por limite um determinado território. E assim, logo exsurge o papel do território na constituição dos Estados modernos: ele é o limite material da ação efetiva dos governantes”.</p>
<p>Nota 76</p> <p>“L'État n'est pas, comme on a voulu le faire et comme on a cru, quelque temps qu'il l'était, une puissance qui commande, une souveraineté; il est une coopération de services publics organisés et contrôlés par des gouvernants”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Traité de droit constitutionnel</i> – Tome Deuxième: La théorie générale de l'État. 10. ed. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & G, 1923. 4v., p. 54.</p>	<p>“O Estado não é, como queríamos e como acreditávamos, por algum tempo que era, um poder que comanda, uma soberania; ele é uma cooperação de serviços públicos organizados e controlados pelos governantes”.</p>
<p>Nota 79</p> <p>“La noción de servicio público sustituye al concepto de soberanía como fundamento del derecho público. [...] La noción de servicio público nació en el espíritu de los hombres. En efecto, desde ese momento se ha comprendido que ciertas obligaciones se imponían a los gobernantes como los gobernados y que la realización de estos deberes</p>	<p>“A noção de serviço público substitui o conceito de soberania como fundamento do direito público. [...] A noção de serviço público nasceu no espírito dos homens. Com efeito, desde esse momento compreendeu-se que certas obrigações eram impostas aos governantes para com os governados e que o cumprimento desses deveres era tanto a</p>

<p>era a la vez y la consecuencia y la justificación de su mayor fuerza. Tal es esencialmente la noción de servicio público”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Las transformaciones del derecho público y privado</i>. Tradução de Adolfo Posada e Ramón Jaén. Granada: Comares editorial, 2007, p. 19.</p>	<p>consequência quanto a justificativa de sua maior força. Essa é essencialmente a noção de serviço público”.</p>
<p>Nota 81</p> <p>“Los hombres políticos dignos de este nombre están de acuerdo en reconocer que se ha producido un gran cambio en la noción del Estado: que el Estado no tiene solamente el derecho de mandar, sino que tiene también grandes deberes que cumplir [...] Pero si no se cree en el derecho de los gobernantes, se cree en la existencia de obligaciones que se les imponen. En todos los tiempos han advertido las masas que los que ejercen el poder no podían imponer legítimamente la obediencia sino cuando prestaban ciertos servicios y en la medida que los prestaban. Son numerosos los ejemplos históricos de clases sociales que pierden su poder político por no administrar los servicios sociales, que eran precisamente la condición de este poder. Ese sentimiento, confuso durante mucho tiempo en el espíritu de los hombres, ha llegado hoy a ser una concepción clara. Existe, pues, una correspondencia íntima entre la posesión del poder y la obligación de cumplir ciertas actividades, de prestar ciertos servicios. Esta correspondencia, sentida siempre, resulta claramente comprendida y querida con fuerza por el hombre moderno. Esto basta para fundamentar la obligación jurídica de los gobernantes. No existe hoy, en el mundo civilizado, un solo espíritu que no se halle profundamente penetrado de la idea de que todos aquellos que tienen el poder por un título cualquiera, emperadores, reyes, presidentes de la República, ministros, Parlamentos, es, no para su provecho, sino para el de los gobernados”.</p> <p>DUGUIT, Léon. <i>Las transformaciones del derecho público y privado</i>. Tradução de Adolfo Posada e Ramón Jaén. Granada: Comares editorial, 2007, pp. 19-20, 23-24 e 25.</p>	<p>“Os políticos dignos desse nome concordam em reconhecer que houve uma grande mudança na noção de Estado: que o Estado não apenas tem o direito de comandar, mas também tem grandes deveres a cumprir [...] Mas se alguém não acredita no direito dos governantes, acredita na existência de obrigações que se lhes impõem. Em todos os tempos, as massas têm advertido que aqueles que exercem o poder não poderiam legitimamente impor a obediência sem que prestassem certos serviços e na medida em que prestassem. Existem inúmeros exemplos históricos de classes sociais que perdem seu poder político por não administrar serviços sociais, que eram precisamente a condição desse poder. Esse sentimento, confuso por muito tempo no espírito dos homens, hoje se tornou uma concepção clara. Existe, pois, uma correspondência íntima entre a posse do poder e a obrigação de realizar certas atividades, de prestar certos serviços. Essa correspondência, sentida sempre, é claramente compreendida e fortemente almejada pelo homem moderno. Isso é suficiente para fundamentar a obrigação jurídica dos governantes. Não existe hoje, no mundo civilizado, um único espírito que não esteja profundamente penetrado pela ideia de que todos aqueles que têm poder por um título qualquer, imperadores, reis, presidentes da República, ministros, Parlamentares, o têm, não para seu proveito, mas para o dos governados”.</p>
<p>Nota 82</p> <p>“La más célebre controversia fue la que opuso a dos grandes del derecho público [...] Léon Duguit (1859-1928) y su ‘escuela de Bordeaux’ llamada ‘escuela del servicio público’ y Maurice Hauriou (1856-1929) y su ‘escuela de Toulouse’. El primero consideraba que el Estado no era una ‘potencia que ordena, una soberanía [...] sino una cooperación de servicios públicos organizados y controlados por gobernantes’. El segundo insistía en la importancia de conservar la potencia soberana del Estado, estimando que llevar el Estado a un conjunto de servicios públicos sobre el cual no ejercería sino un control era ciertamente seductor por una ‘aparente simplicidad y una vena’ lírica pero desmentida por</p>	<p>“A mais célebre controvérsia foi a que opôs dois grandes do direito público [...] Léon Duguit (1859 – 1928) e sua ‘escola de Bordeaux’ chamada ‘escola do serviço público’ e Maurice Hauriou (1856 – 1929) e sua ‘escola de Toulouse’. O primeiro considerava que o Estado não era um ‘poder que ordena, uma soberania [...] e sim uma cooperação de serviços públicos organizados e controlados por governantes’. O segundo insistia na importância de conservar o poder soberano do Estado, estimando que reduzir o Estado a um conjunto de serviços públicos sobre o qual ele exerceria quando muito um controle era certamente um pensamento sedutor pela ‘aparente simplicidade’ e veia lírica, mas</p>

<p>la realidad que mostraba la importancia conservada por la soberanía y la potencia pública”.</p> <p>MORAND-DEVILLER, Jacqueline, <i>Derecho Administrativo</i>, Curso, Temas de Reflexión, Comentarios y Análisis de Fallos. Tradução de Zoraida Rincón Ardila/ Juan Carlos Peláez Gutiérrez. 14 ed. (2015), Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2017, pp. 495 e 496.</p>	<p>desmentido pela realidade que mostrava a importância conservada pela soberania e pela fora pública”.</p>
<p>Nota 89</p> <p>“Y he aquí la cuestión: Ante una persona jurídica dotada de la fuerza dominadora implícita en la idea de <i>imperium (Herrschaft)</i> qué sentido tiene hablar de un sistema de relaciones jurídicas con los ciudadanos que forzosamente – como advirtiera Carré de Malberg – quedan relegados, por la simple naturaleza de las cosas, a la condición de súbditos? Un gran admirador de Jellinek, como fue Orlando Vittorio Emanuele [...], plantaría el problema en todo su dramatismo con las siguientes palabras: ‘al presuponer que el derecho condiciona la misma legitimidad del mando del Estado, y a la inversa, al ser el propio Estado el que declara, sin otra posibilidad, lo que es derecho, éste pierde efectivamente el valor de una norma superior al Estado capaz de someterlo, ya que la no observación de la norma misma por parte del Estado no sería más que una legal modificación del derecho”.</p> <p>GARCÍA, Pedro de Veja. El tránsito del positivismo jurídico al positivismo jurisprudencial en la doctrina constitucional. <i>UNED, Revista Teoría y Realidad Constitucional</i>, n. 1, p. 65-87, 1. sem. 1998, p. 71.</p>	<p>“E aqui está a pergunta: diante de uma pessoa jurídica dotada da força dominante implícita na ideia de <i>imperium (Herrschaft)</i>, qual é o sentido de falar de um sistema de relações jurídicas com os cidadãos que necessariamente – como advertiu Carré de Malberg – são relegados, pela natureza simples das coisas, à condição de súditos? Um grande admirador de Jellinek, como Orlando Vittorio Emanuele [...], plantaria o problema em todo o seu drama com as seguintes palavras: ‘ao pressupor que a lei condiciona a mesma legitimidade do comando do Estado e, no sentido oposto, sendo o próprio Estado quem declara, sem outra possibilidade, o que é o direito, este perde efetivamente o valor de uma norma superior ao Estado capaz de submetê-lo, uma vez que a não observância da própria norma pelo Estado seria nada mais que uma modificação legal do direito”.</p>
<p>Nota 91</p> <p>“En virtud de la autolimitación, el Estado – que, como el monarca autolegitimado, goza de la <i>plenitudo potestatis</i>, que es soberano y por tanto máximamente poderoso – se autorrestringe y al hacerlo se juridifica y autodetermina: el resultado es el reconocimiento de derechos de personalidades ajenas a él, que constituyen sus límites, lo cual otorga a su voluntad un contenido concreto, vinculante para los súbditos y para otros estados: autodeterminarse implica necesariamente autolimitarse y viceversa”.</p> <p>SIMÓN, José Luís Muñoz de Baena. Una clave de las teorías decimonónicas del Estado: la autolimitación del soberano. In: GARCIA, Juan Antonio Gómez. (coord.). <i>Legalidad y Legitimidad en el Estado Contemporáneo</i>. Madrid, Editora Dykinson, 2014. p. 43-68, p. 53.</p>	<p>“Em virtude da autolimitação, o Estado – que, como o monarca autolegitimado, goza da <i>plenitudo potestatis</i>, que é soberano e, portanto, maximamente poderoso – se autorestringe e, ao fazê-lo, se juridiciza e se autodetermina: o resultado é o reconhecimento dos direitos de personalidades alheias a ele, que constituem seus limites, o que confere à sua vontade um conteúdo concreto, vinculante para os súditos e para outros estados: autodeterminar-se implica necessariamente autolimitar-se e vice-versa”.</p>
<p>Nota 92</p> <p>“La soberanía es una propiedad del poder de un Estado, en virtud de la cual corresponde exclusivamente a éste la capacidad de determinarse jurídicamente y de obligarse a si mismo”.</p> <p>JELLINEK, Georg. <i>Teoría General del Estado</i>.</p>	<p>“A soberania é uma propriedade do poder de um Estado, em virtude da qual corresponde exclusivamente a este a capacidade de se determinar juridicamente e de se vincular”.</p>

Buenos Aires: Albatros, 1943, p. 392.	
<p>Nota 92</p> <p>“[E]l Estado que dispone de la facultad de <i>imperium</i> (<i>Herrschaft</i>), en el ejercicio de esa soberanía, y de su potestad de autodeterminación, puede también autolimitarse. El que a sí mismo se determina, a sí mismo se limita”.</p> <p>GARCÍA, Pedro de Veja. El tránsito del positivismo jurídico al positivismo jurisprudencial en la doctrina constitucional. <i>UNED, Revista Teoría y Realidad Constitucional</i>, n. 1, p. 65-87, 1. sem. 1998, p. 71.</p>	<p>“[O] Estado que dispõe a faculdade de <i>imperium</i> (<i>Herrschaft</i>), no exercício dessa soberania, e de seu poder de autodeterminação, também pode se autolimitar. Aquele que se determina, limita-se”.</p>
<p>Nota 99</p> <p>“È stato Hans Kelsen a chiudere la sua imponente opera, <i>Il problema della sovranità e la teoria del diritto internazionale</i> (1920), con l’invito, angosciato e angosciato, di rimuovere radicalmente il concetto di sovranità, perché ‘è questa la rivoluzione della coscienza culturale di cui abbiamo per prima cosa bisogno!’. Ma la rimozione del concetto di sovranità era conseguenziale all’affermazione della teoria kelseniana sulla dottrina pura del diritto, laddove l’unico sovrano è l’ordinamento giuridico nel suo complesso, nella sua unità, nella sua coerenza logica. Scrive Kelsen: «sovranità - consapevolmente o meno - non può voler dire altro che quell’ordinamento coercitivo che si conosce come diritto e si suole personificare come Stato che viene presupposto come supremo ed autonomo». C’è da dire però che successivamente lo stesso Kelsen, a distanza di oltre quaranta anni, in una relazione da lui preparata per il secondo <i>Österreichischen Juristentag</i> del 1964 e intitolata <i>Die Funktion der Verfassung</i>, arrivò a sostenere che è la Costituzione la vera <i>Grundnorm</i> di un ordinamento giuridico, e dunque la sovranità appartiene non all’ordinamento giuridico complessivo, ma alla Costituzione, dalla quale l’ordinamento emana attraverso i gradi dello <i>Stufenbau</i>”.</p> <p>FROSINI, Tommaso Edoardo. Elogio della sovranità. Editoriale. <i>Percorsi Costituzionali</i>, Roma, Sovranità vs Sovranazionalità, n. 1, 2013, pp. 2-3.</p>	<p>“Hans Kelsen encerrou a sua obra imponente, <i>O problema da soberania e a teoria do direito internacional</i> (1920), com o convite, angustiado e angustante, para eliminar o conceito de soberania, porque é ‘a revolução da consciência cultural a primeira coisa de que precisamos!’. Mas a eliminação do conceito de soberania era consecutiva à afirmação da teoria kelseniana sobre a teoria pura do direito, na qual o único soberano é o sistema jurídico como um todo, em sua unidade, em sua coerência lógica. Kelsen escreve: ‘a soberania – consciente ou não – não pode significar nada além do sistema coercitivo que é conhecido como direito e geralmente é personificado como um Estado que se supõe ser supremo e autônomo’. No entanto, deve-se dizer que, posteriormente, o próprio Kelsen, após mais de quarenta anos, em um relatório elaborado por ele para o segundo <i>Österreichischen Juristentag</i> de 1964 e intitulado <i>Die Funktion der Verfassung</i>, chegou a afirmar que a Constituição é a verdadeira <i>Grundnorm</i> de uma ordem legal e, portanto, a soberania não pertence ao ordenamento jurídico geral, mas à Constituição, da qual a ordem emana através dos graus do <i>Stufenbau</i>” [pirâmide normativa].</p>
<p>Nota 105</p> <p>“Poder Constituyente es la voluntad política cuya fuerza o autoridad es capaz de adoptar la concreta decisión de conjunto sobre modo y forma de la propia existencia política, determinando así la existencia de la unidad política como un todo. De las decisiones de esta voluntad se deriva la validez de toda ulterior regulación legal-constitucional. Las decisiones, como tales, son cualitativamente distintas de las normaciones legal-constitucionales establecidas sobre su base. Una Constitución no se apoya en una norma cuya justicia sea fundamento de su validez. Se apoya en una decisión política surgida de un Ser Político, acerca del modo y forma del propio Ser. La palabra ‘voluntad’ denuncia – en contraste con toda dependencia respecto de una</p>	<p>“Poder Constituinte é a vontade política cuja força ou autoridade é capaz de adotar a decisão concreta como um todo sobre o modo e a forma da própria existência política, determinando assim a existência da unidade política como um todo. Das decisões dessa vontade deriva a validade de qualquer norma legal-constitucional ulterior. As decisões, como tais, são qualitativamente diferentes das normas legais-constitucionais estabelecidas sobre a sua base. Uma Constituição não se baseia em uma regra cuja justiça é a base de sua validade. Baseia-se em uma decisão política decorrente de um Ser Político, sobre o modo e a forma do próprio Ser. A palavra ‘vontade’ denuncia – em contraste com toda a dependência da justiça normativa ou abstrata – o essencialmente</p>

<p>justicia normativa o abstracta – lo esencialmente existencial de este fundamento de validez”. SCHMITT, Carl. <i>Teoría de la Constitución</i>. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978, pp. 86-87.</p>	<p>existencial desse fundamento de validade”.</p>
<p>Nota 106 “El pueblo, como titular del poder constituyente, no es una instancia firme, organizada. Perdería su naturaleza de Pueblo si se erigiera para un normal y diario funcionamiento y para el despacho ordinario de asuntos. Pueblo no es, por su esencia, magistratura – ni nunca – tampoco en una Democracia – autoridad competente. De otra parte, el Pueblo necesita ser, en la Democracia, capaz de decisiones y actuaciones políticas. Incluso cuando sólo en pocos momentos decisivos tiene y manifiesta una voluntad decisiva, es capaz, sin embargo, de una tal voluntad, y está en condiciones y es apto para decir sí o no a las cuestiones fundamentales de su existencia política. [...] Tan pronto como un Pueblo tiene la voluntad de existencia política, es superior a toda formalidad y normación”.</p> <p>SCHMITT, Carl. <i>Teoría de la Constitución</i>. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978, p. 95.</p>	<p>“O povo, como titular do poder constituinte, não é uma instância firme, organizada. Perderia sua natureza de Povo se erigisse para uma operação normal e diária e para o despacho ordinário de assuntos. Povo não é, por sua essência, magistratura – nem nunca – tampouco em uma Democracia – autoridade competente. Por outro lado, o Povo necessita ser, na Democracia, capaz de decisões e atuações políticas. Mesmo quando apenas em alguns momentos decisivos ele tem e manifesta uma vontade decisiva, ele é capaz, no entanto, de tal vontade, e está em condições e é apto para dizer sim ou não às questões fundamentais de sua existência política. [...] Quando o Povo tem vontade de existência política, ela é superior a toda formalidade e toda normatização”.</p>
<p>Nota 109 “Le pouvoir constituant est un pouvoir initial, autonome et inconditionné. Il est initial parce qu’il n’existe au-dessus de lui, ni en fait, ni en droit aucun autre pouvoir. C’est en lui que s’exprime, par excellence la volonté du souverain [...]; L’autonomie du pouvoir constituant est le corollaire de son caractère initial. Il appartient, en effet, au souverain seul de décider si l’idée de droit qui, à la suite du Pouvoir qui est institutionnalisé, va être incorporée dans l’Etat, est bien l’idée de droit selon laquelle entend vivre la collectivité. [...] C’est en ce sens que l’on peut dire que le pouvoir constituant es inconditionné car, dans sa tâche, il n’est subordonné à aucune règle de forme ni de fond”</p> <p>BURDEAU, Georges, <i>Traité de Science Politique</i>, 2. Ed., Paris, LGDJ, 1969, t.4, pp. 184 e 185.</p>	<p>“O poder constituinte é um poder inicial, autônomo e incondicionado. É inicial porque não existe, nem de fato, nem de direito, qualquer outro poder superior. É nele que se expressa, por excelência, a vontade do soberano [...]; A autonomia do poder constituinte é o corolário de seu caráter fundante. Cabe ao soberano somente decidir se o direito que, pelo poder institucionalizado, será incorporado ao Estado é de fato o direito segundo o qual a comunidade pretende viver. [...] É nesse sentido que se pode dizer que o poder constituinte é incondicionado porque, ao desempenhar tal tarefa, não está sujeito a nenhuma regra de forma ou substância”.</p>
<p>Nota 126 “El primero hace referencia al hecho de que ya constitución, aun en los Estados contradicción normativa, no será observada tan escrupulosamente por los detentadores del poder como lo era antes; no se actuará siempre de la manera que beneficie a la ley fundamental del Estado. El segundo, se refiere a la alarmante indiferencia de la masa de los destinatarios del poder frente a la constitución, actitud psicológica que puede conducir, finalmente, a una atrofia de la consciencia constitucional”.</p> <p>LOEWENSTEIN, Karl, <i>Teoría de la constitución</i>. Traducción y estudio sobre la obra por Alfredo Gallego Anabitarte. 3. ed. Barcelona: Ariel Ciencia Política, 1983, pp. 222 e 223.</p>	<p>“O primeiro faz referência ao fato de que já uma constituição, mesmo nos Estados de contradição normativa, não será observada tão escrupulosamente pelos detentores do poder como antes; nem sempre atuará da maneira a beneficiar a lei fundamental do Estado. O segundo, se refere à indiferença alarmante da massa dos destinatários do poder frente à constituição, uma atitude psicológica que pode levar, finalmente, a uma atrofia da consciência constitucional”.</p>
<p>Nota 149</p>	

<p>“Según este concepto fundamental, y creemos que sólo según este concepto, es posible resolver el problema de la relación entre la Sociedad de las Naciones (expresión suprema del ordenamiento jurídico internacional) y la soberanía del Estado. Puesto que no hay duda, que exista un ordenamiento jurídico internacional, [...] no se puede absolutamente negar, en principio, que la comunidad jurídica internacional y especialmente la Sociedad de las Naciones, según la propia lógica (lo que equivale a decir, según su punto de vista), tiene una verdadera supremacía sobre los singulares Estados que participan en ella. Con esto, no pretendemos defender la fórmula del ‘super-État’ que verdaderamente no tiene sentido alguno preciso, y por eso puede servir de cómodo blanco a los inocuos y a veces útiles ejercicios de los diplomáticos”.</p> <p>DEL VECCHIO, Giorgio. <i>Crisis del Derecho y crisis del Estado</i>. Tradução de Mariano Castano. Madrid: Librería General de Victoriano Suarez, 1935, p. 213.</p>	<p>“Segundo esse conceito fundamental, e acreditamos que somente segundo esse conceito, é possível resolver o problema da relação entre a Liga das Nações (expressão suprema do sistema jurídico internacional) e a soberania do Estado. Posto que não há dúvida de que exista um sistema jurídico internacional, [...] absolutamente não se pode negar, em princípio, que a comunidade jurídica internacional e especialmente a Liga das Nações, segundo a própria lógica (o que equivale a dizer, segundo seu ponto de vista), têm uma verdadeira supremacia sobre os Estados singulares que dela participam. Com isso, não pretendemos defender a fórmula do ‘super-État’ que verdadeiramente não tem significado preciso algum, e por isso pode servir como um cômodo branco para os exercícios inocuos e às vezes úteis dos diplomatas”.</p>
<p>Nota 210</p> <p>“Una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad. [...] No hay que confundir el conocimiento reflexivo de lo ajeno con una sujeción mental a las ideas ajenas, de la que muy lentamente estamos aprendiendo a libramos”.</p> <p>PREBISCH, Raúl. <i>El Desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas</i>. Santiago, Cepal, 1949, p. 13.</p>	<p>“Uma das falhas mais conspícuas da teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade. [...] Não há de se confundir o conhecimento reflexivo do alienígena com uma sujeição mental às ideias alienígenas, das quais estamos aprendendo muito lentamente a nos libertar”.</p>
<p>Nota 246</p> <p>“It implies a circular constellation of forces tending to act and react upon one another in such a way as to keep a poor country in a state of poverty. Particular instances of such circular constellations are not difficult to imagine. For example, a poor man may not have enough to eat; being under-fed, his health may be weak; being physically weak, his working capacity is low, which means that he is poor, which in turn means that he will not have enough to eat; and so on. A situation of this sort, relating to a country as a whole, can be summed up in the trite proposition: ‘a country is poor because it is poor’”.</p> <p>NURKSE, Ragnar. <i>Problems of capital formation in underdeveloped countries</i>. New York: Oxford University Press, 1961, p. 4.</p>	<p>“Isso implica uma constelação circular de forças tendentes a agir e reagir umas às outras de maneira a manter um país pobre em um estado de pobreza. Exemplos de instâncias de tais constelações circulares não são difíceis de se imaginar. Por exemplo, um homem pobre pode não ter o suficiente para comer; sendo subalimentado, sua saúde pode estar fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, significa que ele não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação desse tipo, relacionada a um país como um todo, pode ser sintetizada na seguinte proposição banal: ‘um país é pobre porque é pobre’”.</p>
<p>Nota 248</p> <p>“Así, todo ocurrió como si la emancipación de los negros, con la petición que implicaba de la igualdad de los derechos cívicos y políticos, hubiese venido a socavar la visión precedente de la igualdad-identidad del mundo blanco. De donde surge, tras la Guerra Civil, la pasión que se puso en restaurar de un modo físico esa igualdad-identidad considerada como amenazada”.</p>	<p>“Assim, tudo ocorreu como se a emancipação dos negros, com a a carta que implicava a igualdade dos direitos cívicos e políticos, tivesse minado a visão precedente da igualdade-identidade do mundo branco. Disso surge, após a Guerra Civil, a paixão que se pôs a restaurar de um modo físico essa igualdade-identidade considerada ameaçada”.</p>

<p>ROSANVALLON, Pierre. <i>La Sociedad de iguales</i>. Buenos Aires: Manantial, 2015, p. 193.</p>	
<p>Nota 249</p> <p>“En semejante cuadro, la igualdad no era pensable sino en cuanto calidad de un grupo separado. No podía existir sino bajo los modos de una homogeneidad, y no como forma de una relación. A eso volvió la Norteamérica de la segregación. La igualdad segmentada que la caracterizó estuvo en las antípodas de lo que trataba de delinear la figura de una sociedad de iguales”.</p> <p>ROSANVALLON, Pierre. <i>La Sociedad de iguales</i>. Buenos Aires: Manantial, 2015, p. 195.</p>	<p>“Em semelhante cenário, a igualdade não era pensável senão como qualidade de um grupo separado. Só poderia existir sob os modos de uma homogeneidade, e não como forma de uma relação. Com isso retornou-se à América do Norte da segregação. A igualdade segmentada que a caracterizou estava nas antípodas do que se tentava delinear a figura de uma sociedade de iguais”.</p>
<p>Nota 263</p> <p>“Enfocando la cuestión desde una perspectiva finalista se distinguen claramente tres áreas funcionales o grupos de funciones: ordenación de la actividad económica, satisfacción de necesidades sociales y dirección del proceso económico general. A ellas se podría añadir otra de carácter discontinuo y excepcional: la reforma de estructuras”.</p> <p>ASENJO, Oscar de Juan. <i>La Constitución económica española</i>. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984, p. 101.</p>	<p>“Abordando a questão a partir de uma perspectiva finalista, distingue-se três áreas funcionais ou grupos de funções de forma clara: ordenação da atividade econômica, satisfação das necessidades sociais e direção do processo econômico geral. A elas se poderia adicionar outra de caráter descontínuo e excepcional: a reforma de estruturas”.</p>
<p>Nota 284</p> <p>“The accepted distinction between the public and the private sectors has no meaning when seriously viewed. Rhetoric, not reality. A large, vital and expanding part of what is called the public sector is for all practical effect in the private sector. In the fiscal year of 2003, close to half of the total of United States government discretionary expenditure (outlay not mandated for a particular use, such as Social Security or service of the public debt) was used for military purposes – for defense, as more favorably it is commonly called. A large part was for weapons procurement or for weapons innovation and development. Nuclear-powered submarines run to billions of dollars, individual planes to tens of millions each. Similarly, if less spectacularly, other weaponry and military equipment. Such expenditure proceeds from the advocacy and influence of those involved and rewarded, even on to nuclear defense, so called. Arms expenditure does not occur after detached analysis by the public sector as commonly understood. Much is at the initiative and with the authority of the arms industry and its political voice – the private sector. From the relevant industrial firms come proposed designs for new weapons, and to them are awarded production and profit. [...] In an impressive flow of influence and command, the weapons industry accords valued employment, management pay and profit in its political constituency, and indirectly it is a treasured source of political funds. The gratitude and the promise of political help go to Washington and to the defense budget, on to the Pentagon need and decision. And</p>	<p>“A distinção aceita entre os setores público e privado não tem significado quando vista com seriedade. Retórica, não realidade. Uma parte grande, vital e em expansão do que é chamado de setor público é para todos os efeitos práticos o setor privado. No ano fiscal de 2003, quase a metade do total das despesas discricionárias do governo dos Estados Unidos (despesas não obrigatórias para um uso específico, como Previdência Social ou serviço da dívida pública) foi usada para fins militares – para defesa, como é comumente falado, de uma forma mais favorável. Uma grande parte foi para aquisição de armas ou para a inovação e o desenvolvimento de armas. Os submarinos movidos a energia nuclear custam bilhões de dólares; aviões individuais, dezenas de milhões cada. Da mesma forma, embora menos espetacular, também outros armamentos e equipamentos militares. Tais gastos provêm do lobby e influência daqueles que são envolvidos e recompensados em tais contratações, mesmo na área da defesa nuclear, assim chamada. O gasto com armas não ocorre após uma análise autônoma do setor público, como é comumente compreendido. Muito “[da motivação para tais gastos]” está na iniciativa e na autoridade da indústria de armas e sua voz política – o setor privado. Vêm das empresas industriais relevantes as propostas de projetos para novas armas, e a elas mesmas são concedidos a produção e o lucro. [...] Em um impressionante fluxo de influência e comando, a indústria de armas concede emprego valorizado, remuneração da administração e lucro</p>

<p>to foreign policy or, recently in Vietnam and Iraq, to war”.</p> <p>GALBRAITH, John Kenneth, <i>The Economics of innocent fraud: Truth for our time</i>, Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 2004, pp. 34 e 35</p>	<p>em seu círculo eleitoral político e, indiretamente, é uma fonte preciosa de fundos políticos. A gratidão e a promessa de ajuda política vão para Washington e para o orçamento de defesa, para as necessidades e decisões do Pentágono. E vão à política externa ou, recentemente, no Vietnã e no Iraque, à guerra”.</p>
<p>Nota 297</p> <p>“Résumé des conventions de 1883. — Voici, dans leurs traits principaux, les stipulations qui résultent, de part et d'autre, des grandes conventions: [...] L'État, d'après les conventions antérieures, n'avait à sa charge que l'acquisition des terrains, l'infrastructure des voies et la construction des travaux d'art. Les concessionnaires faisaient, à fonds perdu, les frais de la superstructure”.</p> <p>BERTHÉLEMY, Henry. <i>Traité Élémentaire de Droit Administratif</i>. Paris: Premier Fascicule, Librairie Nouvelle de Droit e Jurisprudence Arthur Rousseau, 1900, p. 642.</p>	<p>“Resumo das convenções de 1883. – Aqui, em seus principais traços, as estipulações que resultam, de ambos os lados, das grandes convenções: [...] O Estado, de acordo com as convenções anteriores, apenas tinha a seu cargo a aquisição de terrenos, a infraestrutura das vias e a construção de obras de arte. Os concessionários suportavam, sem contrapartida, os custos da superestrutura”.</p>
<p>Nota 298</p> <p>“On supprimait pour elle le plus gros élément d'insécurité en mettant au compte de l'État la charge des acquisitions des terrains par voie d'expropriation ou à l'amiable, les terrassements, la construction des ouvrages d'art, des ponts, des tunnels, des stations”.</p> <p>BERTHÉLEMY, Henry. <i>Traité Élémentaire de Droit Administratif</i>. Paris: Premier Fascicule, Librairie Nouvelle de Droit e Jurisprudence Arthur Rousseau, 1900, p. 636.</p>	<p>“Nós suprimimos para ela o maior elemento de insegurança ao colocar sobre o Estado o ônus da aquisição de terras por expropriação ou meio amigável, da terraplanagem, da construção de estruturas de engenharia, de pontes, de túneis, de estações”.</p>
<p>Nota 301</p> <p>“Until today we cannot dispose of a well-founded and useful definition of infrastructure (‘infra’ stems from the Latin language, meaning below, thus ‘infrastructure’ can be taken to express ‘foundation’).”</p> <p>BUHR, Walter. <i>What is infrastructure?</i> Siegen, Germany, University of Siegen, Department of Economics, 2003. (Discussion Paper, n. 107-3), p. 1</p>	<p>“Até hoje, não podemos dispor de uma definição bem fundamentada e útil de infraestrutura (‘infra’ deriva do Latim, e significa abaixo, de modo que ‘infrastructure’ pode ser usada para expressar ‘base’).”</p>
<p>Nota 302</p> <p>“Traditionally, ‘infrastructure’ has been applied to permanent installations required for military purposes. Modern general usage of the term concerns the necessary economic and organizational foundation of a highly developed economy (transport network, labor force etc.) (Drosdowski/Scholze-Stubenrecht/Wermke 1997: 359)”.</p> <p>BUHR, Walter. <i>What is infrastructure?</i> Siegen, Germany, University of Siegen, Department of Economics, 2003. (Discussion Paper, n. 107-3), pp. 1 e 2.</p>	<p>“Tradicionalmente, ‘infrastructure’ é utilizada para instalações permanentes e necessárias para fins militares. O uso geral e moderno do termo refere-se à fundação econômica e organizacional necessária de uma economia altamente desenvolvida (rede de transporte, mão-de-obra etc.) (Drosdowski/Scholze-Stubenrecht/Wermke 1997: 359)”.</p>
<p>Nota 305</p> <p>“Numerous formulations have been put to the test, leading to a substantial diversity and complexity of suggestions and problems which shall not be</p>	<p>“Diversas fórmulações foram postas a teste, levando a uma substancial diversidade e complexidade de sugestões e problemas que não serão aqui descritas</p>

<p>described here in detail (cf., for example, Jochimsen/Gustafsson 1970a, 1970b, Frey 1972, 1978, Biehl 1986, Nijkamp 1986, Lakshmanan 1989, Aberle 1995, Rietveld/Bruinsma 1998, Haughwout 2000b, Nijkamp 2000). All of these formulations have in common that infrastructure, essentially material infrastructure, is to be supplied by the state”.</p> <p>BUHR, Walter. <i>What is infrastructure?</i> Siegen, Germany, University of Siegen, Department of Economics, 2003. (Discussion Paper, n. 107-3), pp. 1 e 2.</p>	<p>em detalhes (conforme, por exemplo, Jochimsen/Gustafsson 1970a, 1970b, Frey 1972, 1978, Biehl 1986, Nijkamp 1986, Lakshmanan 1989, Aberle 1995, Rietveld/Bruinsma 1998, Haughwout 2000b, Nijkamp 2000). Todas essas formulações têm em comum que a infraestrutura, essencialmente a infraestrutura material, deve ser fornecida pelo Estado”.</p>
<p>Nota 309</p> <p>“A very basic level, infrastructure means assets, equipment or circulating capital that serve transport, telecommunications and energy provided to the public to meet social needs and expectations. More precise definitions include buildings and installations for education, health care, culture, research, and public administration needs. [...] Infrastructure projects can vary in the type of land use (railway, waste water treatment plant, roads, etc.), type of intervention (upgrade, construction, etc.), location or service provided (cultural activities, cargo traffic, etc.). Summing up different categories, infrastructure projects can be divided into: transport (roads, railways, air, public transport, intermodal, etc.), environmental (water, sanitation, waste management, environmental remediation, recycling, etc.), social (education, health care, etc.), energy (low-carbon energy, renewable sources, etc.), and broadband investments foreseen as internet access”.</p> <p>ZAMOJSKA, Anna; PRÓCHNAK, Joanna. Measuring the Social Impact of Infrastructure Projects: the case of Gdansk Fair Co., <i>Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation</i> – JEMI, Wiza Szkoła Biznesu National Louis University – WSB-NLU, v. 13, p. 25-42, Jan. 2017, aqui p. 25 e 27.</p>	<p>“Em um nível muito básico, infraestrutura significa ativos, equipamentos ou capital circulante que servem transporte, telecomunicações e energia fornecida ao público para atender às necessidades e expectativas sociais. Definições mais precisas incluem edifícios e instalações para educação, saúde, cultura, pesquisa e administração pública. [...] Os projetos de infraestrutura podem variar no tocante ao tipo de uso da terra (ferrovia, estação de tratamento de águas residuais, estradas, etc.), tipo de intervenção (melhoria, construção, etc.), local ou serviço prestado (atividades culturais, tráfego de carga, etc.). Resumindo diferentes categorias, os projetos de infraestrutura podem ser divididos em: transporte (rodovias, ferrovias, espaço aéreo, transporte público, intermodal etc.), ambiental (água, saneamento, gestão de resíduos, recuperação ambiental, reciclagem, etc.), social (educação, saúde, etc.), energia (energia de baixo carbono, fontes renováveis etc.) e investimentos em banda larga para acesso à internet”.</p>
<p>Nota 314</p> <p>“Sin embargo, se demuestra que una definición es útil si existe un grupo de sectores que comparten características y problemas en un grado tal que justifica agruparlos para fines analíticos. Claro está que no todos los sectores seleccionados deben compartir la totalidad de las características o problemas, pero debe haber significativos elementos comunes. En este documento se incluyen los servicios prestados en los cinco sectores siguientes: i) energía eléctrica, ii) Riego, iii) telecomunicaciones, iv) transporte, y v) abastecimiento de agua y saneamiento, tanto en el ámbito urbano como en el rural”.</p> <p>ISRAEL, Arturo. <i>Gestión de la infraestructura en el decenio de 1990</i>. Washington: World Bank, 1993. (World Bank Discussion Papers, n. 171), p. 7.</p> <p>Nota 315</p>	<p>“Não obstante, demonstra-se que uma definição é útil se houver um grupo de setores que compartilham características e problemas a tal ponto que justifique agrupá-los para fins analíticos. Claro está que nem todos os setores selecionados devem compartilhar todas as características ou problemas, mas deve haver elementos comuns significativos. Este documento inclui serviços prestados nos cinco setores a seguir: i) energia elétrica, ii) irrigação, iii) telecomunicações, iv) transporte e v) água e saneamento, tanto em áreas urbanas quanto rurais”.</p>

<p>“Infrastructure – defined here to include the sectors of transport, water and sanitation, power, telecommunications, and irrigation – represents a large portfolio of expenditure in all countries, ranging from a third to one-half of public investment”.</p> <p>KESSIDES, Christine. <i>The contributions of infrastructure to economic development: a review of experience and policy implications</i>. Washington: World Bank, Sept. 1993. (World Bank Discussion Papers, n. 213), p. ix – sumário executivo.</p>	<p>“Infraestrutura – definida aqui como incluindo os setores de transporte, água e saneamento, energia, telecomunicações e irrigação – representa um grande portfólio de despesas em todos os países, variando de um terço a metade do investimento público”.</p>
<p>Nota 322</p> <p>“Questa definizione consente di fare una distinzione tra servizi infrastrutturali, che rispondono ad un’esigenza dell’individuo o della società, e infrastrutture, che costituiscono la base sulla quale poggia l’erogazione di tale servizio. Tuttavia, poiché le attività infrastrutturali e l’erogazione dei servizi, legati alle infrastrutture, concorrono alla formazione della stessa catena produttiva, generando sinergie reciproche, molto spesso la letteratura non distingue i singoli impatti che si creano nella società”.</p> <p>SÁNCHEZ, Ricardo J. (coord.). <i>Reti infrastrutturali in America Latina</i>. Cepal, Nazione Unite, Santiago del Cile, ago. 2008. In: CAMPANELLA, Raffaele. <i>America Latina e Caraibi Infrastrutture e Integrazione</i>. Roma: Collana di Studi Latinoamericani, Economia e Società, 2008, p. 12.</p>	<p>“Essa definição permite fazer uma distinção entre serviços de infraestrutura, que respondem a uma exigência do indivíduo ou da sociedade, e infraestrutura, que constitui a base sobre a qual a prestação desse serviço ocorre. Todavia, como as atividades de infraestrutura e a prestação de serviços, vinculados à infraestrutura, contribuem para a formação da mesma cadeia produtiva, gerando sinergias mútuas, muitas vezes a literatura não distingue os impactos individuais gerados na sociedade”.</p>
<p>Nota 325</p> <p>“We have seen repeatedly how continuity, fluidity and speed-up are essential qualities of capital flow, but now we encounter a category designed to facilitate that fluidity but which itself is not fluid, but fixed. A part of the capital has to be fixed in order for the rest of capital to keep in motion”.</p> <p>HARVEY, David. <i>A companion to Marx’s Capital</i>. Londres e Nova York: Verso, 2013, v. II, p. 77.</p>	<p>“Vimos repetidas vezes como a continuidade, a fluidez e a aceleração são qualidades essenciais do fluxo de capital, mas agora encontramos uma categoria desenhada para facilitar essa fluidez, mas que em si mesma não é fluida, mas fixa. Uma parte do capital deve ser fixo para que o restante se mantenha em movimento”.</p>
<p>Nota 333</p> <p>“The deep, crisis-prone contradiction between fixity and motion is palpable: and fixed capital is at the center of it all. The trouble with fixed capital is precisely, in short, that it is fixed, when capital is all about value in motion. This opposition constitutes a fascinating problem. And it has been and still is a frequent source of crises that are independent in principle (though not always in practice) from the crises that arise out of the perpetually contested capital-labor relation. Such crises occur when the fixity can no longer accommodate the expansionary motion. The latter has to break with the constraints imposed by that part of capital that is fixed. The result is the devaluation of large swathes of fixed capital, as circulating and highly mobile money capital moves elsewhere (deindustrialization from the mid-1970s onwards left behind abandoned factories and warehouses, decaying physical</p>	<p>“A contradição profunda e propensa a crises entre fixidez e movimento é palpável: e o capital fixo está no centro de tudo isso. O problema do capital fixo é precisamente, em suma, que ele é fixo, enquanto que o capital é valor em movimento. Essa oposição constitui um problema fascinante. E foi e ainda é uma fonte frequente de crises que são independentes em princípio (embora nem sempre na prática) das crises decorrentes da relação capital-trabalho perpetuamente contestada. Tais crises ocorrem quando a imobilidade não pode mais acomodar o movimento em expansão. Este último precisa romper as restrições impostas pela parte do capital que é fixo. O resultado é a desvalorização de grandes quantidades de capital fixo, à medida que o capital monetário circulante e altamente volátil se move para outro lugar (a desindustrialização a partir de meados da década de 1970 deixou fábricas e</p>

<p>infrastructures—even shrinking cities, like Detroit)”. HARVEY, David. A companion to Marx’s Capital. Londres e Nova York: Verso, 2013, v. II, p. 78.</p>	<p>armazéns abandonados, deteriorando as infraestruturas físicas – até diminuindo as cidades, como Detroit)”.</p>
<p>Nota 335 “I think of this quote whenever I look at the skyline of New York City or fly into London, São Paulo, Buenos Aires, or wherever, and I find myself thinking of these places, for both good and ill, as ‘organs of the human brain, created by the human hand; the power of knowledge objectified.’ I see the offices, factories, workshops, houses and hovels, schools and hospitals, pleasure palaces of all kinds, streets and back alleys, highways, railroads, airports and ports, parks and iconic memorials not only as mere physical objects but as a humanly constructed material world, a constitutive site of daily life for millions of human beings, produced through human labor, endowed with social meaning, and a world through which vast amounts of capital circulate on a daily basis, amortizing loans and creating vast flows of rent and interest payments, all the while indulging the speculative fantasies, dreams, and coldly calculated expectations of property owners both great and small”.</p> <p>HARVEY, David. A companion to Marx’s Capital. Londres e Nova York: Verso, 2013, v. II, p. 86.</p>	<p>“Penso nessa citação sempre que olho para o horizonte da cidade de Nova York ou voo por sobre Londres, São Paulo, Buenos Aires ou qualquer outro lugar, e me pego pensando nesses lugares, tanto para o bem quanto para o mal, como ‘órgãos do cérebro humano, criado pela mão humana; o poder do conhecimento objetificado.” Vejo escritórios, fábricas, oficinas, casas e albergues, escolas e hospitais, palácios de todos os tipos, ruas e becos, rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, parques e memoriais icônicos, não apenas como meros objetos físicos, mas como um mundo material humanamente construído, um local de construção da vida cotidiana para milhões de seres humanos, produzido através do trabalho humano, dotado de significado social, e um mundo pelo qual vastas quantidades de capital circulam diariamente, amortizando empréstimos e criando vastos fluxos de pagamentos de aluguel e juros, o tempo todo satisfazendo fantasias especulativas, sonhos e expectativas friamente calculadas dos proprietários, grandes e pequenos”.</p>
<p>Nota 344 “First, to the principle of universality. This asserts the aspiration for infrastructure that it should be available in all circumstances. The principle of universality can be explained by thinking about the street. The simple idea of forcing people to live in dwellings lined along a street is rarely contested for the reason that living along a street ensures that the residents in every household receive an entitlement to basic, life-enabling services. The street was developed as more than a thoroughfare for vehicles and pedestrians. It is the most common expression of the civilised notion of a public right to water, to sewerage, to power and telecommunications. The street also gathers households into formations that demand, by their very presence, the expectation that governments provide a basic infrastructure entitlement to every household”.</p> <p>O’NEILL, Phillip M. Infrastructure financing and operation in the contemporary city. <i>Geographical Research</i>, Institute of Australian Geographers, v. 48, n. 1, p. 3-12, Feb. 2010, aqui p. 7</p>	<p>“Primeiro, ao princípio da universalidade. Ele afirma a aspiração de que a infraestrutura esteja disponível em todas as circunstâncias. O princípio da universalidade pode ser explicado pensando na rua. A simples ideia de forçar as pessoas a habitar moradias alinhadas ao longo de uma rua raramente é contestada pela razão de que morar ao longo de uma rua garante que os moradores de cada domicílio recebam o direito a serviços básicos, que viabilizam a subsistência. A rua foi desenvolvida como algo maior do que uma via para veículos e pedestres. É a expressão mais comum da noção civilizada de direito público à água, à rede de esgotos, à energia e às telecomunicações. A rua também reúne residências em uma disposição tal que, por si própria, reflete a demanda e expectativa de que os governos forneçam o direito básico de infraestrutura a cada domicílio”.</p>
<p>Nota 346 “Bundling refers to the delivery of items of infrastructure in braided channels so that access to any infrastructure item guarantees access to others, and so that all infrastructure items can deliver publicly in complementary fashion. Bundling comes naturally to infrastructure provided at the scale of the street. Most of the world’s urban streets comprise just four infrastructures, however</p>	<p>“Integração refere-se à entrega de itens de infraestrutura em canais trançados, de modo que o acesso a qualquer item de infraestrutura garanta acesso a outros e para que todos os itens de infraestrutura possam ser prestados publicamente de maneira complementar uns aos outros. A integração ocorre naturalmente no campo da infraestrutura disponível na escala de uma rua. A maioria das ruas</p>

<p>rudimentary: a water pipe, a drain, an electricity line and a telephone line. The point of having a common delivery device – the street – is that basic infrastructure items can be bundled so that every household has coordinated use of the whole package”.</p> <p>O’NEILL, Phillip M. Infrastructure financing and operation in the contemporary city. <i>Geographical Research</i>, Institute of Australian Geographers, v. 48, n. 1, p. 3-12, Feb. 2010, aqui p. 8.</p>	<p>urbanas do mundo compreende apenas quatro infraestruturas, ainda que rudimentares: um cano de água, um dreno, uma linha de eletricidade e uma linha telefônica. O objetivo de ter um dispositivo de distribuição comum – a rua – é que os itens básicos de infraestrutura podem ser integrados para que cada domicílio tenha um uso coordenado de todo o conjunto”.</p>
<p>Nota 348</p> <p>“Universality and bundling made it normal to accept a citizen’s right to access basic services, and to access places of employment from new suburbs”.</p> <p>O’NEILL, Phillip M. Infrastructure financing and operation in the contemporary city. <i>Geographical Research</i>, Institute of Australian Geographers, v. 48, n. 1, p. 3-12, Feb. 2010, aqui p. 8.</p>	<p>“A universalidade e a integração tornaram normal a aceitação do direito do cidadão de acessar serviços básicos e acessar locais de emprego a partir de novos subúrbios”.</p>
<p>Nota 350</p> <p>“Adam Smith (it is widely believed) argued that markets by themselves are efficient. Arrow and Debreu established the sense in which that was true (Pareto efficiency, i.e. no one could be made better off without making someone else worse off), and the conditions under which it was true (perfect competition, no externalities, no public goods). Subsequently, Greenwald and Stiglitz showed that whenever information is imperfect or markets incomplete—that is, always—there is a presumption that markets are not (constrained) pareto efficient. Thus, the notion that markets, by themselves, lead to efficient outcomes has, today, no theoretical justification: no one believes that the conditions under which that statement is true are satisfied”.</p> <p>STIGLITZ, Joseph, <i>Government Failure vs. Market Failure: Principles of Regulation</i>. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2010, p. 13-51, aqui p. 14.</p>	<p>“Adam Smith (acredita-se amplamente) argumentou que os mercados são eficientes por si próprios. Arrow e Debreu estabeleceram o sentido segundo o qual isso era verdade (ótimo de Pareto, ou seja, ninguém pode melhorar sem que alguém piore) e as condições para que isso seja verdade (concorrência perfeita, sem externalidades, sem bens públicos). Posteriormente, Greenwald e Stiglitz mostraram que sempre que as informações são imperfeitas ou os mercados incompletos – ou seja, sempre – há uma suposição de que os mercados não atendem o ótimo de Pareto. Portanto, a noção de que os mercados, por si mesmos, levam a resultados eficientes não tem, hoje, qualquer justificativa teórica: ninguém acredita que as condições sob as quais essa afirmação é verdadeira sejam atendidas”.</p>
<p>Nota 353</p> <p>“Analysts frequently classify resources based on the degree to which the resource is (non)rival and (non)excludable. (...) As economists recognize, this classification scheme oversimplifies the true nature of resources. Both rivalrousness and excludability are matters of degree, and these two characteristics often comprise only a piece of the economic puzzle, a point brought into relief by this Article”.</p> <p>FRISCHMANN, Brett. An Economic Theory of Infrastructure and Commons Management, <i>Minesotta Law Review</i>, v. 89, p. 917 – 1.030, 2004-2005, aqui p. 942.</p>	<p>“Analistas frequentemente classificam os recursos com base no grau em que o recurso é (ou não) antagônico e excluível. (...) Como reconhecido pelos economistas, tal esquema de classificação simplifica excessivamente a verdadeira natureza dos recursos. Tanto a antagonismo quanto a possibilidade de exclusão são questões de grau, e essas duas características geralmente compreendem apenas uma peça do quebra-cabeça econômico, uma questão posta em relevo por este Artigo”.</p>
<p>Nota 354</p> <p>“In short, this characteristic describes the sharable nature of infrastructure resources. Infrastructures are sharable in the sense that the resources can be accessed and used by multiple users at the same</p>	<p>“Em resumo, essa característica descreve a natureza compartilhável dos recursos de infraestrutura. As infraestruturas são compartilháveis no sentido de que os recursos podem ser acessados e usados por</p>

<p>time. Infrastructure resources vary in their capacity to accommodate multiple users, and this variance in capacity differentiates nonrival (infinite capacity) resources from partially (non)rival (finite but renewable capacity) resources”.</p> <p>FRISCHMANN, Brett. An Economic Theory of Infrastructure and Commons Management, <i>Minesotta Law Review</i>, v. 89, p. 917 – 1.030, 2004-2005, aqui p. 942.</p>	<p>vários usuários ao mesmo tempo. Os recursos de infraestrutura variam em capacidade para acomodar vários usuários, e essa variação na capacidade diferencia recursos antagônicos (capacidade infinita) de recursos parcialmente (não) antagônicos (capacidade finita, mas renovável)”.</p>
<p>Nota 357</p> <p>“Estas redes son fáciles de describir. En España, basta con atender a lo que tienen en sus manos empresas como REDESA o Telefónica, como CLH a ENAGAS, o con observar el organigrama del Ministerio de Fomento, para tener inmediatamente sobre la mesa las redes eléctricas, de telecomunicaciones, de oleoductos, de gasoductos, junto a las redes viaria y ferroviaria, portuaria y aeroportuaria, reclamando nuestro interés. O basta con observar lo que los economistas e ingenieros consideran ‘infraestructura’, para tropezarnos inmediatamente con ellas”.</p> <p>MARTINEZ, Juan Miguel de la Cuétara. Sobre infraestructuras en red y competencia entre redes <i>In</i> BARTOLOMÉ, Rafael Izquierdo de (coordinador). <i>Nuevo derecho de las infraestructuras</i>. Madrid: Montecorvo, 2011, p. 197-275, aqui p. 198.</p>	<p>“Essas redes são fáceis de descrever. Na Espanha, basta atentar ao que empresas como a REDESA, Telefónica, CLH e ENAGAS têm em suas mãos, ou observar o organograma do Ministério do Desenvolvimento, para ter imediatamente sobre a mesa redes de eletricidade, telecomunicações, oleodutos, gasodutos, junto às redes rodoviária e ferroviária, portuária e aeroportuária, atendendo nosso interesse. Ou apenas basta observar o que os economistas e engenheiros consideram ‘infraestrutura’, para nela tropeçarmos imediatamente”.</p>
<p>Nota 358</p> <p>“Desde esta perspectiva, las infraestructuras en red que interesan son las que repercuten directa e intensamente sobre la vida de una colectividad dada, facilitando los intercambios, dinamizando la economía, incrementando la interacción social, o, en pocas palabras, haciéndola activa y productiva. Las redes de que aquí se trata organizan y sostienen el tejido social y facilitan la actividad económica dentro de sistemas cada vez mayores y más complejos. Son, para cualquier estudioso de las ciencias sociales, un merecido objeto de atención. También, lógicamente, para el jurista”.</p> <p>MARTINEZ, Juan Miguel de la Cuétara. Sobre infraestructuras en red y competencia entre redes <i>In</i> BARTOLOMÉ, Rafael Izquierdo de (coordinador). <i>Nuevo derecho de las infraestructuras</i>. Madrid: Montecorvo, 2011, p. 197-275, aqui p. 197.</p>	<p>“Nessa perspectiva, as infraestruturas de rede que interessam são aquelas que afetam direta e intensamente a vida de uma determinada comunidade, facilitando trocas, dinamizando a economia, aumentando a interação social ou, em poucas palavras, tornando-a ativa e produtiva. As redes de que aqui se trata organizam e sustentam o tecido social e facilitam a atividade econômica em sistemas maiores e mais complexos. Elas são, para qualquer estudante de ciências sociais, um merecido objeto de atenção. Também o são, logicamente, para o jurista”.</p>
<p>Nota 371</p> <p>“Qu’elles constituent ou non des services publics au sens étroit du mot, toutes entreprises publiques ont en France des caractères communs qui doivent être mis en vedettes. 1° Elles sont toutes placées sous la direction plus ou moins effective des gouvernants. 2° Devant les charges et les profits de toutes, les particuliers sont égaux. C’est la règle de l’égalité devant les services publics. Elle découle des principes posés dans la Déclaration des droits de l’homme de 1789 (art. 1, 6, 18) et domine notre régime politique et administratif. 3° Elles sont toutes</p>	<p>“Independientemente de constituírem ou não serviços públicos em sentido estrito, todas as empresas públicas na França têm características comuns que devem ser destacadas. 1° Todas estão sob a direção mais ou menos eficaz dos governantes. 2° Ante às despesas e aos lucros de todos, os particulares são iguais. Essa é a regra da igualdade perante os serviços públicos. Ela deriva dos princípios estabelecidos na Declaração de Direitos Humanos de 1789 (arts. 1º, 6º e 18) e domina nosso sistema político e administrativo. 3º Elas são de tão grande</p>

<p>une si grande importance pour le public, qu'elles doivent fonctionner sans heurts, sans à-coups, sans arrêts. C'est ce que l'on exprime en parlant de la continuité des services publics".</p> <p>ROLLAND, Louis. <i>Précis de droit administratif</i>. 12. ed. Paris: Dalloz, 1928, pp. 15 e 16.</p>	<p>importância para o público que devem operar sem disfunções, sem interrupções. É a isso que se refere a continuidade dos serviços públicos".</p>
<p>Nota 393</p> <p>"La pobreza es heterogénea y dinámica y debe ser analizada como tal; la pobreza tiene determinantes de corto plazo (pobreza transitoria) y de largo plazo (pobreza crónica). En este contexto de análisis, es importante reconocer cuál es el rol de la infraestructura en la reducción de la pobreza en el corto y en el largo plazo [...]. Es importante también reconocer que algunas infraestructuras permiten reducir de manera más efectiva la pobreza crónica. De esta manera, se debería priorizar el desarrollo de la infraestructura de telecomunicaciones, electricidad y agua potable en las zonas más vulnerables".</p> <p>APARICIO, Carlos; JARAMILLO, Miguel; SAN ROMÁN, Cristina. Desarrollo de la infraestructura y reducción de la pobreza: el caso peruano. <i>Centro de Investigación da Universidad del Pacífico e Consorcio de Investigación Económica e Social – CIES</i>, 2011, p. 40 e 43.</p>	<p>"A pobreza é heterogênea e dinâmica e deve ser analisada como tal; a pobreza tem determinantes de curto prazo (pobreza transitória) e de longo prazo (pobreza crônica). Nesse contexto de análise, é importante reconhecer qual é o papel da infraestrutura na redução da pobreza de curto e longo prazos. [...] É importante também reconhecer que algumas infraestruturas permitem reduzir de maneira mais efetiva a pobreza crônica. Dessa maneira, deveria ser priorizado o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicação, eletricidade e água potável nas zonas mais vulneráveis".</p>
<p>Nota 394</p> <p>"The simulations to detect the impact of infrastructure variables on poverty produce encouraging results. Cell phone, irrigation, electricity and road could reduce poverty incidence by 94 percent, 56 percent, 88 percent and 64 percent respectively. The effect of infrastructure is not limited to those who live near poverty lines but run deeper. [...] Grameen phone exemplifies a good case of phone use for poverty reduction. There is evidence showing that poverty is substantially low in irrigated areas compared with unirrigated areas in India, Philippines, Thailand and Vietnam (Bhattarai et al 2002). Electricity is also found to have strong impact on poverty reduction in other countries (Fan et al 2002; Balisacan and Pernia 2002). There are positive impact of road on poverty reduction (Kwon2000; Balisacan, Pernia, and Asra 2002; Fan et al 2002; Jalan and Ravallion 2002)".</p> <p>RUNSINARITH, Phim. <i>Infrastructure Development and Poverty Reduction: Evidence from Cambodia's Border Provinces</i>. Graduate School of International Studies. Nagoya University, 2008.</p>	<p>"As simulações para detectar o impacto das variações de infraestrutura na pobreza produziram resultados encorajadores. Celular, irrigação, eletricidade e estradas podem reduzir a incidência de pobreza em 94%, 56%, 88% e 64%, respectivamente. O efeito da infraestrutura não está limitado àqueles que vivem perto da linha da pobreza, os efeitos atingem resultados mais profundos. [...] A telefonia em Grameen exemplifica um bom caso de telefonia utilizada para a redução da pobreza. Evidências mostram que a pobreza é substancialmente inferior em áreas irrigadas do que em áreas carentes de irrigação na Índia, nas Filipinas, Tailândia e Vietnã (Fan e outros 2002). Eletricidade também tem um forte impacto na redução de pobreza em outros países (Fan e outros 2002; Balisacan e Pernia 2002). Há impactos positivos das rodovias na redução da pobreza (Kwon 2000; Balisacan, Pernia e Asra 2002; Fan e outros 2002; Jalan e Ravallion 2002)".</p>
<p>Nota 399</p> <p>"Our main results can be summarized in five points. First, the volume of infrastructure stocks has a significant positive effect on long-run economic growth. [...] Second, infrastructure quantity and quality have a robust negative impact on income inequality. [...] Third, these results are obtained in a</p>	<p>"Nossos resultados principais podem ser resumidos em cinco pontos. Primeiro, o volume de estoques de infraestrutura tem um significativo efeito positivo no crescimento econômico de longo prazo. [...] Segundo, a quantidade e a qualidade da infraestrutura têm um forte impacto negativo na</p>

<p>framework that controls for reverse causation, and survive a variety of statistical tests that fail to show any evidence of misspecification. From this we conclude that the above results reflect causal, and not merely coincidental, effects of infrastructure on growth and inequality. [...] Fourth, a variety of illustrative experiments show that our empirical findings are significant not only statistically but also economically. [...] Finally, and perhaps most importantly, the conclusion that infrastructure both raises growth and lowers income inequality implies that infrastructure development may be a key win-win ingredient for poverty reduction. In addition to raising society's overall level of income, it would help raise the income of the poor more than proportionately. This suggests that infrastructure development should rank at the top of the poverty reduction agenda”.</p> <p>CALDERÓN, César; SERVÉN, Luis. <i>The Effects of Infrastructure Development on Growth and Income Distribution</i>. Washington: World Bank, 2004. (Policy Research Working Paper, n. 3400), pp. 26 e 27.</p>	<p>desigualdade de renda. [...] Terceiro, esses resultados são obtidos em uma estrutura para controle de causações reversas, e sobrevive a variedade de testes estatísticos que falham em mostrar qualquer evidência de falta de especificação. A partir disso, concluímos que os resultados acima refletem efeitos casuais, e não meramente coincidentes, da infraestrutura no crescimento e na desigualdade. [...] Quarto, uma variedade de experimentos ilustrativos mostra que nossas descobertas empíricas são significativas não apenas estatisticamente, mas, também economicamente. [...] Por fim, e talvez o mais importante, a conclusão de que a infraestrutura tanto aumenta o crescimento, quanto diminui a desigualdade de renda, implica que o desenvolvimento da infraestrutura pode ser o ingrediente chave duplamente positivo para a redução da pobreza. Além de aumentar o nível geral de renda da sociedade, ajudaria a aumentar a renda dos pobres mais do que proporcionalmente. Isso sugere que o desenvolvimento da infraestrutura deve estar no topo da agenda de redução da pobreza”.</p>
<p>Nota 401</p> <p>“Factory production requires, for example, a basic infrastructure of electricity, roads, and a functioning port, as well as a literate and numerate labor force. When these basic conditions are not present, small increments of k (capital-labor ratio) may have little effect. However, once the basic infrastructure and human capital are in place, the marginal productivity of capital may indeed become very high in a low-income country”</p> <p>SACHS, Jeffrey D.; MCARTHUR, John; SCHMIDT-TRAUB, Guido; KRUK, Margaret; BAHADUR, Chandrika; FAYE, Michael; MCCORD, Gordon. <i>Ending Africa's Poverty Trap. Economic Studies Program</i>, The Brookings Institution, vol. 35(1), pages 117-240, 2004, aqui p. 125.</p>	<p>“Produção fabril requer, por exemplo, infraestrutura básica de eletricidade, estradas e um porto funcional, bem como uma numerosa fora de trabalho. Quando essas condições básicas não estão presentes um incremento pequeno de k (razão entre capital e trabalho) gerará pouco efeito. Porém, uma vez que a infraestrutura básica e o capital humano estão presentes, a produtividade marginal do capital tornar-se-á muito alta em países de baixa renda”.</p>
<p>Nota 403</p> <p>“What do we mean by ‘the power of the state’? [...] The first sense concerns what we might term the <i>despotic power</i> of the state elite [...]. But there is a second sense in which people talk of ‘the power of the state’, especially in today’s capitalist democracies. We might term this <i>infrastructural power</i>, the capacity of the state actually to penetrate civil society, and to implement logistically political decisions throughout the realm. [...] The first sense denotes power by the state elite itself <i>over</i> civil society. The second sense denotes the power of the state to penetrate and centrally coordinate the activities of civil society through its own infrastructure”.</p> <p>MANN, Michael. <i>The Autonomous Power of the State: its Origins, Mechanisms and Results</i> in HALL, John A. (coord.) <i>States in History</i>, Cambridge: Basil Blackwell, 1986, p. 113 e 114.</p>	<p>“O que queremos dizer por ‘o poder do Estado’? [...] O primeiro sentido se refere ao que nomearemos de <i>poder despótico</i> da elite do estado [...]. Mas há um segundo sentido pelo qual as pessoas falam em ‘poder do Estado’, especialmente nas democracias capitalistas da atualidade. Podemos chamar esse segundo sentido de <i>poder infraestrutural</i>, que é a capacidade do Estado de efetivamente penetrar na sociedade civil, e de implementar de modo logístico decisões políticas por todo o seu domínio. O primeiro sentido denota o poder da elite do estado sobre a sociedade civil. O segundo sentido denota o poder do Estado de penetrar e coordenar centralmente as atividades da sociedade civil por meio de sua própria infraestrutura”.</p>